

# PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2026

## CONTRATANTE (UASG)

(262101) - AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO –  
SPÁGUAS

## OBJETO

Contratação de empresa para execução de serviços de investigações Complementares de Monitoramento de Gases/ Vapores e da Água Subterrânea dos escritórios e áreas abertas da DAT, limítrofes ao reservatório de Controle de Enchentes Guamiranga AT-09, Município de São Paulo.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

**R\$ 347.232,48**

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 24/06/2026 às 10h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

*Menor preço*

## MODO DE DISPUTA:

*Aberto*

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

**SIM**



Baixe o app Compras.gov.br  
e apresente sua proposta

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	17
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	20
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	20
11. DOS RECURSOS .....	21
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	22
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	26
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	26

## AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SP-ÁGUAS

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026**

(Processo Administrativo nº137.00014174/2024-90)

Torna-se público que o(a) AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SP-ÁGUAS, sediado(a) Rua Boa Vista, 170, Bloco 5, Centro, São Paulo, Capital, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa para execução de serviços de investigações Complementares de Monitoramento de Gases/Vapores e da Água Subterrânea dos escritórios e áreas abertas da DAT, limítrofes ao reservatório de Controle de Enchentes Guamiranga AT-09, Município de São Paulo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas

e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o item único, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.11. *Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.11.1. *Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço percentual de desconto (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº](#)

11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor total do item

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua



exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital)* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de *valores* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 1.736,00 (mil setecentos e trinta e seis reais), sobre o valor total.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*

6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*

6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.*

6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro,*

*auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*

*6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (*duas*) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno

porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:*

7.8.1. *A caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.*

7.8.2. *Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto na subdivisão subsequente.*

7.8.2.1. *A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do pregoeiro, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.*

7.8.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração,

equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

*7.9. Em acréscimo às disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:*

*7.9.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo deste Edital.*

*7.9.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.*

*7.9.3. É vedado ao licitante incluir na planilha de custos e formação de preços:*

*a) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, § 1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));*

*b) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 135, § 2º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).*

*7.9.4. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

*7.9.5. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.*

*7.9.6. O licitante vencedor deverá indicar os sindicatos, acordo(s) coletivo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que regem a(s) categoria(s) profissional(is) que executará(ão) o serviço e a(s) respectiva(s) data(s)-base(s) e vigência(s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.*



7.9.7. *Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.*

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. *Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.*

7.11.1. *O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.12.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. *Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 30 % (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas

leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (*duas*) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico [licitacoes@spaguas.sp.gov.br](mailto:licitacoes@spaguas.sp.gov.br).

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento).

(2) Multa Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 25% (vinte e cinco por cento) a 30% (por cento) do valor do Contrato.

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

(5) Para a infração descrita no item 12.1.2, a multa será de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

(6) Para as infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 5 % (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

(7) Para a infração descritas no item 12.1.7, a multa será de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

(8) Para a infração descrita no item 12.1.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato, ressalvada a inexecução parcial que não resulte em grave dano à Administração, à qual será aplicada a sanção de advertência.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará



fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio*: [licitacoes@spaguas.sp.gov.br](mailto:licitacoes@spaguas.sp.gov.br)

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet* <https://licitacoes.spaguas.sp.gov.br/>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.1.1. *Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.*

14.2.1.2. *Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.*

14.2.1.3. *Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).*

14.2.1.4. *Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.*

14.2.1.5. *Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:*

14.2.1.5.1. *a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exhibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;*

*14.2.1.5.2. a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.*

*14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

*14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.*

*14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.*

*14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.*

*14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

*14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

*14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.*

*14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.*

*14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.*

*14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.*

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://licitacoes.spaguas.sp.gov.br/>.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- 14.16.1 ANEXO I - Termo de Referência;
- 14.16.1. ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar;
- 14.16.2. ANEXO I.2 – Matriz de Risco;
- 14.16.3. ANEXO I.3 – Regulamentação de Preços e Critérios de Medição;
- 14.16.4. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 14.16.5. ANEXO III – Cópia Portaria DAEE 5012, 03/08/2023;
- 14.16.6. ANEXO III.1 - Código de Conduta e Integridade
- 14.16.7. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;
- 14.16.8. ANEXO IV.1 - Modelo Demonstrativo de Composição do BDI
- 14.16.9. ANEXO IV.2 - Modelo Demonstrativo dos Encargos Sociais
- 14.16.10. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);
- 14.16.11. ANEXO V.1 - Modelo de Declaração Exigida para Habilitação
- 14.16.12. ANEXO VI – Planilha orçamentária;

*São Paulo, na data da assinatura digital.*

**BRUNO LOPES CORREIA**

*Autoridade Competente*

ESP-DEP. DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAE

# Termo de Referência 88/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
88/2026	262101-ESP-DEP. DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAE	JESSICA RIBEIRO MIQUELINO	31/03/2026 15:48 (v 0.5)
Status			
DISPONIBILIZADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços especiais de engenharia		137.00014174/2024-90

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Empresa para Execução de serviços de Investigações Complementares da Campanha de Monitoramento de Gases /Vapores e da Água Subterrânea dos Escritórios e Áreas Abertas da DAT, limítrofes ao Reservatório de Controle de Enchentes Guamiranga AT-09, Município de São Paulo, nos termos da Planilha Orçamentária **(Anexo II)** conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não inclui o emprego de bens de luxo, nos termos do Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e sem predominância de mão de obra, tendo em vista a necessidade ininterrupta de operação, manutenção e monitoramento dos reservatórios de amortecimento de cheias, cuja paralisação comprometeria a segurança da população e a eficiência do sistema de macrodrenagem. Nos termos do artigo 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, a vigência plurianual mostra-se a solução mais vantajosa, por assegurar a continuidade dos serviços, reduzir custos decorrentes de sucessivas mobilizações e evitar riscos de descontinuidade. Tal conclusão decorre do Estudo Técnico Preliminar elaborado para este procedimento, que evidencia a essencialidade da contratação e a impossibilidade de parcelamento sem prejuízo da funcionalidade do objeto.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

### Subcontratação

1.5. É admitida a subcontratação parcial do objeto, conforme as regras estabelecidas no contrato.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

### FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

#### **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

#### **3.2. ESCOPO DOS SERVIÇOS**

A área objeto do presente Termo de Referência localiza-se na Avenida Francisco de Mesquita, s/n, no Bairro de Vila Prudente, Município de São Paulo, constituído do terreno onde foi implantado o Reservatório de Controle de Enchentes Guamiranga AT-09 e dos escritórios do antigo DAEE Departamento de Águas e Energia Elétrica (atual SP ÁGUAS).

Os serviços previstos são resumidos nos tópicos seguintes, ressaltando que outros que os substituam, complementam ou otimizam podem vir a ser identificados durante o desenvolvimento.

Com vistas ao gerenciamento ambiental no local, o escopo dos trabalhos considera uma etapa inicial prevista para o segundo semestre de 2025, com o reconhecimento da área e avaliação detalhada dos poços instalados, sejam poços de monitoramento (PM), poços multiníveis (PMN), poços de gases (PMG) e poços *subslab*/intrusão de vapores (PS), seguida de limpeza e manutenção desses poços e, onde se mostrar necessário, a colocação ou substituição de caps de pressão ou *clippers* removidos ou mal preservados e, em alguns casos, a execução de sondagem complementar e reinstalação de poços (PM, PMN, PMG ou PS), em substituição aos poços danificados ou vandalizados que impossibilitem o seu reaproveitamento.

Serão também executadas sondagens a trado e instalados poços complementares, conforme as recomendações e conclusões da Informação Técnica CETESB Nº 319/2022/ICRI, sejam poços de monitoramento ou poços multinível, assim como o novo poço *subslab* PS-06 programado, e realizada a perfilagem e coleta de amostras de solo para as análises laboratoriais dos SQIs de interesse.

Após a etapa inicial de recuperação e/ou reinstalação dos poços existentes, execução de sondagens, instalação de poços complementares PM, PMN e PS, e coleta de amostras de solo, deverão ser iniciados os serviços de amostragem de água subterrânea e de gases/vapores e ar ambiente da terceira campanha de monitoramento (MO-03), previstos para novembro/dezembro de 2024.

A quarta campanha de monitoramento (MO-04) tem suas atividades iniciais: limpeza e manutenção dos poços e eventual reinstalação - previstas para o primeiro semestre de 2025, e a campanha de coleta de água subterrânea e gases/vapores foi programada, de forma preliminar, também para o primeiro semestre de 2025.

Durante as campanhas MO/03 e MO/04 também deverão ser realizadas medições regulares de gases/vapores VOC/ppm e %LEL nos poços PMG e PS, sendo consideradas três medições para cada campanha MO/03 e MO/04, com intervalos de um mês entre cada medição.

O escopo dos trabalhos referentes à etapa inicial (sondagens, instalação de poços e coleta de amostras de solo) e às duas campanhas de monitoramento dos gases/vapores e da água subterrânea são apresentados separadamente.

O laboratório contratado deverá estar em conformidade com a Resolução SMA nº 100/2013 para a emissão dos boletins de análises químicas (acreditação pelo INMETRO).

#### **3.3. MANUTENÇÃO E LIMPEZA DOS POÇOS EXISTENTES, EXECUÇÃO DE SONDAgens A TRADO, INSTALAÇÃO DE NOVOS POÇOS PM E PMN, PERFILAGEM E COLETA DE AMOSTRAS DE SOLO, E INSTALAÇÃO DO POÇO *SUBSLAB* PS-06 NO TERRENO DA DAT SP ÁGUAS, ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ÁGUA SABESP E ARREDORES PRÓXIMOS DO RESERVATÓRIO AT-09, SABESP E METRÔ.**

- Execução de 2 (duas) sondagens a trado (ST) com profundidade estimada de 11m cada e instalação de 2 (dois) poços de monitoramento da qualidade da água subterrânea (PM-23 e PM-24), com profundidade estimada de 11m cada.



- Execução de 4 (quatro) sondagens a trado com profundidades estimadas de 15m, 16m, 16m e 16m, com coleta de amostras de solo em determinados segmentos/profundidades durante a execução dos furos, acompanhada da instalação de 4 (quatro) novos poços multiníveis da qualidade da água subterrânea (PMN-02A, PMN-03A, PMN-23A e PMN-24A), respectivamente.
- Execução de 2 (duas) sondagens a trado (ST) com profundidade estimada de 11m cada laterais aos poços existentes PM-06 e PM-07, com coleta de amostras de solo em determinados segmentos/profundidades.
- Avaliação *in situ* de 25 (vinte e cinco) amostras de solo coletadas durante a execução das sondagens a trado com o uso de *Shake Test* para análise qualitativa do solo com relação à presença de compostos clorados distribuídos da seguinte forma: furo lateral ao poço existente PM-06 (5 amostras), furo lateral ao poço existente PM-07 (6 amostras), sondagens a trado associadas aos poços multi-níveis PMN-02A (3 amostras), PMN-03A (3 amostras), PMN-23A (4 amostras) e PMN-24A (4 amostras).
- Coleta de 10 (dez) amostras de solo associadas às análises qualitativas *Shack Test* distribuídas das seguintes formas: furo lateral PM-06 (2 amostras), furo lateral PM-07 (2 amostras), sondagens a trado dos poços PMN-02A (1 amostra), PMN-03A (1 amostra), PMN-23A (2 amostras) e PMN-24A (2 amostras).
- Preservação, refrigeração e armazenamento das amostras definitivas de solo coletadas, bem como o seu transporte até o laboratório responsável pelas análises químicas, acompanhado das devidas cadeias de custódia.
- Análise laboratorial de 10 (dez) amostras de solo para os compostos químicos de interesse: VOC, Metais Dissolvidos (Bário, Molibdênio, Arsênio, Níquel, Chumbo, Cobalto e Boro), Bifelinas Policloradas (PCB) e Pesticidas Organoclorados (POC).
- Execução de levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral dos novos pontos de investigação (PM-23, PM-24, PMN-02A, PMN-03A, PMN-23A e PMN-24A) e de outros pontos de interesse localizados nos empreendimentos vizinhos – METRÔ e SABESP –, a ser incorporados na base de dados existente (cota-de-boca dos poços), para a avaliação da potenciometria local.

#### **3.4. TERCEIRA CAMPANHA DE MONITORAMENTO AMBIENTAL DA ÁGUA SUBTERRÂNEA E DA OCORRÊNCIA DE GASES NAS EDIFICAÇÕES/ESCRITÓRIOS E ÁREAS ABERTAS DO DAT SP ÁGUAS E ÁREAS LÍMITROFES RESERVATÓRIO GUAMIRANGA AT-09, METRÔ, ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUA E DE ESGOTO SABESP**

- Vistoria da área avaliada para definição “*in loco*” dos pontos de interesse, levando-se em conta as medidas de saúde e de segurança previamente preconizadas pela Contratada e pela Agência.
- Solicitação de vistas aos processos existentes na CETESB em nome do METRÔ (Companhia do Metropolitano de São Paulo) e do Central Plaza Shopping, localizados a montante do avaliado, e potenciais de contaminação do interessado.
- Monitoramento das emissões de VOC/ppm e/ou Metano e de %LEL (Índice Inferior de Explosividade) dos poços provisórios e definitivos de monitoramento de gases (28 PMG e 6 PS), a ser executado com 3 (três) medições com periodicidade mensal na campanha de monitoramento de água e de gases prevista (MO-03, com a realização de leituras mensais na boca dos poços PMG e PS, visando avaliar as concentrações de VOC/ppm ou Metano (%) e LEL (%), com o equipamento detector de gases EntryRAE Lite ou LANDTEC GEM 2000.
- Execução de 1 (uma) campanha de amostragem de gases em atendimento ao método US EPA TO-15 e avaliação dos compostos VOC, coincidente com a campanha de amostragem de água MO-03, nos poços *subslab* existentes (PS-01 ao PS-06) e no poço de monitoramento de gases PMG-C, com a execução prévia de testes de vazamento com o traçador gás hélio (testes de estanqueidade).
- Execução de 1 (uma) campanha de coleta de Ar Ambiente nos pontos AA-01, AA-02 e AA-03, com período de amostragem de 8 horas, para avaliação laboratorial dos parâmetros VOC em atendimento ao método US EPA TO-15.
- Preservação, refrigeração e armazenamento das amostras de gases/vapores coletadas, bem como o seu transporte até o laboratório responsável pelas análises químicas, acompanhado das devidas cadeias de custódia.
- Elaboração de mapas de isoconcentração de gases e do índice inferior de explosividade (% LEL), referentes a cada monitoramento (3 campanhas para a etapa MO-03), eventualmente identificadas na boca dos 34 poços existentes e/ou recém-instalados (28 PMG e 6 PS) e íntegros para medição/monitoramento, com vistas à atualização do Modelo Conceitual de Exposição de Intrusão de Vapores.
- Apresentação e avaliação dos resultados analíticos obtidos a partir das análises laboratoriais US EPA TO-15 efetuadas, comparativamente à legislação ambiental em vigor e aos resultados pretéritos existentes para o avaliado.
- Elaboração dos mapas de isoconcentração de gases quantificados na campanha de amostragem MO-03, segundo a metodologia US EPA TO-15 efetuada nos poços de intrusão de vapores (6 *Subslab*, PMG-C e 3 Ar Ambiente).
- Execução de 1 (uma) campanha completa de aferição do nível de água e da presença de fase livre nos poços existentes, incluindo a visita e monitoramento dos poços instalados no Reservatório AT-09, estações elevatórias SABESP de Esgoto (poços existentes) e de Água (poços recém-instalados no início da etapa MO-03) e de alguns poços instalados e de responsabilidade do METRÔ.

- Execução 1 (uma) campanha prévia de vistoria e limpeza dos poços de monitoramento PM e poços multiníveis PMN existentes e recém-instalados no terreno de interesse DAT SP ÁGUAS e nos vizinhos próximos Reservatório AT-09, METRÔ e estações elevatórias SABESP de esgoto (poços existentes) e de água (poços recém-instalados), totalizando 50 (cinquenta), com vistas à retirada dos sólidos em suspensão e preparo dos poços para a amostragem de água da campanha MO-03.
- Execução de 1 (uma) campanha de coleta de água subterrânea pelo método de baixa vazão referente à etapa MO-03, contemplando as análises:
  - 46 (quarenta e seis) amostras para avaliação laboratorial dos compostos VOC varredura e Metais Dissolvidos (Bário, Molibdênio, Arsênio, Níquel, Chumbo, Cobalto e Boro). Poços: PM-01 ao PM-24, PMN-01A, PMN-02A, PMN-03A, PMN-04A, PMN-05A, PMN-06A, PMN-07A, PMN-09A, PMN-12A, PMN-14A, PMN-15A, PMN-16A, PMN-17A, PMN-17B, PMN-18A, PMN-19A, PMN-23A e PMN-24A, 1 Duplicata de Campo, 1 Branco de Campo e 2 Brancos de Equipamento;
  - 07 (sete) amostras para avaliação laboratorial de VOC Target Clorados (10 compostos). Poços: PM-202, PM-204, PM-206, PM-208, PMJ-05, PMJ-07 e PMJ-103;
  - 21 (vinte e uma) amostras para avaliação laboratorial de PCB (Bifenilas Policloradas). Poços: PM-01, PMN-01A, PM-02, PM-04, PM-06, PMN-06A, PM-07, PM-08, PM-15, PMN-15A, PM-22, PM-23, PM-24, PMN-02A, PMN-03A, PMN-23A e PMN-24A, 1 Duplicata, 1 Branco de Campo e 1 Branco de Equipamento;
  - 22 (vinte e duas) amostras para avaliação laboratorial de Pesticidas Organoclorados (POC). Poços: PM-05, PMN-05A, PM-06, PMN-06A, PM-07, PMN-07A, PM-13, PM-14, PMN-14A, PM-15, PMN-15A, PM-20, PM-21, PM-22, PM-23, PM-24, PMN-23A e PMN-24A, 1 Duplicata, 1 Branco de Campo e 1 Branco de Equipamento.
  - 8 (oito) amostras Branco de Viagem para avaliação laboratorial de VOC.
- Medição *in situ* dos parâmetros pH, OD, ORP, Temperatura, Turbidez e Condutividade Elétrica da água, durante o processo de amostragem da campanha MO-03.
- Execução de 15 (quinze) ensaios de rebaixamento e recuperação em poços existentes e recém-instalados, para o cálculo de permeabilidade (k) em cada poço ensaiado.
- Preservação, refrigeração e armazenamento das amostras de água subterrânea coletadas, bem como o seu transporte até o laboratório responsável pelas análises químicas, acompanhado das devidas cadeias de custódia.
- Interpretação dos resultados analíticos reportados para as amostras de solo, água subterrânea e gases/vapores, face à legislação ambiental em vigor, às metas de risco estabelecidas e ao histórico do avaliado.
- Elaboração dos mapas de isotores dos contaminantes eventualmente presentes no solo e na água subterrânea impactados, tanto no plano horizontal quanto vertical (seções geológicas transversais e longitudinais), e identificação das áreas máximas alcançadas pelas plumas de contaminação.
- Apresentação dos mapas de risco com a identificação dos receptores e *hot spots*.
- Elaboração de 1 (um) Relatório Técnico MO-03 referente aos resultados obtidos para a terceira campanha de monitoramento, incluindo os resultados das análises de solo, gases/vapores e água subterrânea e, se possível, os dados de remediação e monitoramento do METRÔ, e atualização do Plano de Intervenção, programados para emissão e protocolo CETESB, que deverão incluir:
  - Especificação das medidas de intervenção propostas em função da duração de sua aplicação (curto, médio e longo prazo), incluindo os critérios adotados nesta seleção;
  - Mapas de intervenção, com a localização das medidas de intervenção propostas, incluindo propriedades de terceiros, quando aplicável, através da delimitação de polígonos de restrição localizados por meio de coordenadas geográficas dos vértices;
  - Localização dos pontos de conformidade para todas as medidas de intervenção propostas;
  - Cronograma constituído da previsão da implantação das medidas de intervenção propostas;
  - Proposta de monitoramento da eficácia das medidas de remediação propostas, quando aplicável;

### **3.5. QUARTA CAMPANHA DE MONITORAMENTO AMBIENTAL DA ÁGUA SUBTERRÂNEA E DA OCORRÊNCIA DE GASES NAS EDIFICAÇÕES/ESCRITÓRIOS E ÁREAS ABERTAS DO DAT SP ÁGUAS E ÁREAS LÍMITROFES RESERVATÓRIO GUAMIRANGA AT-09, METRÔ, ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUA E DE ESGOTO SABESP**

- Vistoria da área avaliada para definição "*in loco*" dos pontos de interesse, levando-se em conta as medidas de saúde e de segurança previamente preconizadas pela Contratada e Contratante.
- Solicitação de vistas aos processos existentes na CETESB em nome do METRÔ (Companhia do Metropolitano de São Paulo) e do Central Plaza Shopping, localizados a montante do avaliado, e potenciais de contaminação do interessado.
- Monitoramento das emissões de VOC/ppm e/ou Metano e de %LEL (Índice Inferior de Explosividade) dos poços provisórios e definitivos de monitoramento de gases (28 PMG e 6 PS), a ser executado com 3 (três) medições com periodicidade mensal na campanha de monitoramento de água e de gases prevista (MO-04), com a realização de leituras mensais na boca dos poços PMG e PS, visando avaliar as concentrações de VOC/ppm ou Metano (%) e LEL (%), com o equipamento detector de gases EntryRAE Lite ou LANDTEC GEM 2000.
- Execução de 1 (uma) campanha de amostragem de gases em atendimento ao método US EPA TO-15 e avaliação dos compostos VOC, coincidente com a campanha de amostragem de água MO-03, nos poços *subslab* existentes (PS-01 ao PS-06) e no poço de monitoramento de gases PMG-C, com a execução prévia de testes de vazamento com o traçador gás hélio (testes de estanqueidade).
- Execução de 1 (uma) campanha de coleta de Ar Ambiente nos pontos AA-01, AA-02 e AA-03, com período de amostragem de 8 horas, para avaliação laboratorial dos parâmetros VOC em atendimento ao método US EPA TO-15.

- Preservação, refrigeração e armazenamento das amostras de gases/vapores coletadas, bem como o seu transporte até o laboratório responsável pelas análises químicas, acompanhado das devidas cadeias de custódia.
- Elaboração de mapas de isoconcentração de gases e do índice inferior de explosividade (% LEL), referentes a cada monitoramento (3 campanhas para a etapa MO-04), eventualmente identificadas na boca dos 34 poços existentes e/ou recém-instalados (28 PMG e 6 PS) e íntegros para medição/monitoramento, com vistas à atualização do Modelo Conceitual de Exposição de Intrusão de Vapores.
- Apresentação e avaliação dos resultados analíticos obtidos a partir das análises laboratoriais US EPA TO-15 efetuadas, comparativamente à legislação ambiental em vigor e aos resultados pretéritos existentes para o avaliado.
- Elaboração dos mapas de isoconcentração de gases quantificados na campanha de amostragem MO-04, segundo a metodologia US EPA TO-15 efetuada nos poços de intrusão de vapores (6 *Subslab*, PMG-C e 3 Ar Ambiente).
- Execução de 1 (uma) campanha completa de aferição do nível de água e da presença de fase livre nos poços existentes, incluindo a visita e monitoramento dos poços instalados no Reservatório AT-09, estações elevatórias SABESP de Esgoto (poços existentes) e de Água (poços instalados na etapa MO-03) e de alguns poços instalados e de responsabilidade do METRÔ.
- Execução 1 (uma) campanha prévia de vistoria e limpeza dos poços de monitoramento PM e poços multiníveis PMN existentes no terreno de interesse DAT SP ÁGUAS e nos vizinhos próximos Reservatório AT-09, METRÔ e estações elevatórias SABESP de esgoto (poços existentes) e de água (poços instalados etapa MO-03), totalizando 50 (cinquenta), com vistas à retirada dos sólidos em suspensão e preparo dos poços para a amostragem de água da campanha MO-04.
- Execução de 1 (uma) campanha de coleta de água subterrânea pelo método de baixa vazão referente à etapa MO-04, contemplando as análises:
  - 46 (quarenta e seis) amostras para avaliação laboratorial dos compostos VOC varredura e Metais Dissolvidos (Bário, Molibdênio, Arsênio, Níquel, Chumbo, Cobalto e Boro). Poços: PM-01 ao PM-24, PMN-01A, PMN-02A, PMN-03A, PMN-04A, PMN-05A, PMN-06A, PMN-07A, PMN-09A, PMN-12A, PMN-14A, PMN-15A, PMN-16A, PMN-17A, PMN-17B, PMN-18A, PMN-19A, PMN-23A e PMN-24A, 1 Duplicata de Campo, 1 Branco de Campo e 2 Brancos de Equipamento;
  - 07 (sete) amostras para avaliação laboratorial de VOC Target Clorados (10 compostos). Poços: PM-202, PM-204, PM-206, PM-208, PMJ-05, PMJ-07 e PMJ-103;
  - 21 (vinte e uma) amostras para avaliação laboratorial de PCB (Bifenilas Policloradas). Poços: PM-01, PMN-01A, PM-02, PM-04, PM-06, PMN-06A, PM-07, PM-08, PM-15, PMN-15A, PM-22, PM-23, PM-24, PMN-02A, PMN-03A, PMN-23A e PMN-24A, 1 Duplicata, 1 Branco de Campo e 1 Branco de Equipamento;
  - 22 (vinte e duas) amostras para avaliação laboratorial de Pesticidas Organoclorados (POC). Poços: PM-05, PMN-05A, PM-06, PMN-06A, PM-07, PMN-07A, PM-13, PM-14, PMN-14A, PM-15, PMN-15A, PM-20, PM-21, PM-22, PM-23, PM-24, PMN-23A e PMN-24A, 1 Duplicata, 1 Branco de Campo e 1 Branco de Equipamento;
  - 8 (oito) amostras Branco de Viagem para avaliação laboratorial de VOC.
- Medição *in situ* dos parâmetros pH, OD, ORP, Temperatura, Turbidez e Condutividade Elétrica da água, durante o processo de amostragem da campanha MO-04.
- Preservação, refrigeração e armazenamento das amostras de água subterrânea coletadas, bem como o seu transporte até o laboratório responsável pelas análises químicas, acompanhado das devidas cadeias de custódia.
- Interpretação dos resultados analíticos reportados para as amostras de água subterrânea e de gases/vapores, face à legislação ambiental em vigor, às metas de risco estabelecidas e ao histórico do avaliado.
- Elaboração dos mapas de isotores dos contaminantes eventualmente presentes na água subterrânea impactados, tanto no plano horizontal quanto vertical (seções geológicas transversais e longitudinais), e identificação das áreas máximas alcançadas pelas plumas de contaminação.
- Apresentação dos mapas de risco com a identificação dos receptores e *hot spots*.
- Elaboração de 1 (um) Relatório MO-04 referente aos resultados obtidos para a terceira campanha de monitoramento, incluindo os resultados das análises de gases/vapores e água subterrânea e, se possível, os dados de eventual remediação e monitoramento do METRÔ, e atualização do Plano de Intervenção, programados para emissão e protocolo CETESB, que deverão incluir:
  - Especificação das medidas de intervenção propostas em função da duração de sua aplicação (curto, médio e longo prazo), incluindo os critérios adotados nesta seleção;
  - Mapas de intervenção, com a localização das medidas de intervenção propostas, incluindo propriedades de terceiros, quando aplicável, através da delimitação de polígonos de restrição localizados por meio de coordenadas geográficas dos vértices;
  - Localização dos pontos de conformidade para todas as medidas de intervenção propostas;
  - Cronograma constituído da previsão da implantação das medidas de intervenção propostas;
  - Proposta de monitoramento da eficácia das medidas de remediação propostas, quando se aplicável;

## 3.6. RELATÓRIOS

### 3.6.1. Etapa Inicial e Etapa MO-03

São esperados os seguintes produtos resultantes dos serviços:

- Emissão de 1 (um) relatório mensal inicial com anexo fotográfico, indicando o andamento e quantitativo dos serviços de investigação (sondagens a trado), instalação de poços de monitoramento (PM-23 e PM-24), poços multiníveis (PMN-02A, PMN-03A, PMN-23A e PMN-24A) e poços *subslab* PS-06, perfilagem e coleta de amostras de solo e cadeias de custódia de remessa das amostras de solo para análise laboratorial.
- Emissão de 4 (quatro) relatórios mensais com os respectivos anexos fotográficos, indicando a evolução das etapas de campo: medição do Nível de Água, amostragem de gases/vapores e de água subterrânea, execução de ensaios de permeabilidade (k), e reporte dos resultados analíticos pelo laboratório.

- Emissão de 1 (um) relatório com os resultados do semestre, reportando a finalização do Relatório Técnico MO-03 - Terceira Campanha de Monitoramento Ambiental da Água Subterrânea, Ocorrência de Gases e Atualização do Plano de Intervenção.

### **3.6.2. Etapa MO-04**

- Emissão de 5 (cinco) relatórios mensais com os respectivos anexos fotográficos, indicando a evolução das etapas de campo: medição do Nível de Água, amostragem de gases/vapores e de água subterrânea, e reporte dos resultados analíticos pelo laboratório.
- Emissão de 1 (um) relatório com os resultados do semestre, reportando a finalização do Relatório Técnico MO-04 - Quarta Campanha de Monitoramento Ambiental da Água Subterrânea, Ocorrência de Gases e Atualização do Plano de Intervenção.

### **3.6.3. Apresentação dos serviços**

Os serviços realizados deverão ser emitidos para aprovação na forma de documentos nos padrões e exigências do SPÁGUAS, relatórios com texto em formato A4 e desenhos em formato A1 ou A3, obedecendo, na sua elaboração, os procedimentos indicados pelas normas da ABNT. Todos os documentos deverão ser fornecidos em meio digital e cópias em papel.

### **3.6.4. Relatórios mensais**

Os Relatórios mensais (informativos) deverão ser apresentados em 2 (duas) vias impressas e o respectivo arquivo digital (AutoCAD, Excel, Word e pdf).

Os arquivos digitais deverão ter no máximo 10 MB. Os arquivos que excederem o tamanho de 10MB poderão ser compactados ou divididos em múltiplos arquivos com tamanho igual ou inferior a 10MB.

### **3.6.5. Relatórios semestrais Finais**

Os Relatórios semestrais deverão ser apresentados em 2 (duas) vias impressas e os respectivos arquivos digitais (AutoCAD, Excel, Word e pdf), contendo em cada um destes (total de 02 relatórios), a compilação do conteúdo dos dados existentes para o local, a atualização do plano de intervenção, medidas propostas e cronogramas previstos.

Os arquivos digitais deverão ter no máximo 10 MB. Os arquivos que excederem o tamanho de 10MB poderão ser compactados ou divididos em múltiplos arquivos com tamanho igual ou inferior a 10MB.

## **3.7. PRAZO DE EXECUÇÃO**

Os serviços objeto desta contratação deverá ser executado no período de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

Após o recebimento da Ordem de Serviço, a Contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar ao SPÁGUAS a indicação do Responsável Técnico e/ou Preposto, com a respectiva ART, além da certidão de registro no CREA.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

### **Responsabilidade social:**

4.2. Na execução dos serviços respeitar os direitos dos trabalhadores, assegurar as condições de trabalho, cumprir as normas trabalhistas e garantir a segurança e o bem estar dos envolvidos. A responsabilidade social é fundamental para promover um ambiente de trabalho justo e sustentável. Isso envolve:

4.2.1. Respeito aos Direitos dos Trabalhadores: Garantir que todos os funcionários tenham seus direitos respeitados, como salários justos, jornada de trabalho adequada e o direito a férias.

4.2.2. Condições de Trabalho: Proporcionar um ambiente seguro e saudável, com infraestrutura adequada e recursos para a realização das atividades.

4.2.3. Cumprimento das Normas Trabalhistas: Seguir rigorosamente as legislações e regulamentações trabalhistas, evitando práticas que possam levar à exploração ou violação dos direitos dos trabalhadores.

4.2.4. Segurança e Bem-Estar: Implementar políticas de segurança que minimizem riscos e promovam a saúde física e mental dos colaboradores.

4.3. Esses princípios não apenas melhoram a qualidade de vida dos trabalhadores, mas também contribuem para a produtividade e a imagem da empresa.

#### **Desenvolvimento sustentável:**

4.4. A relação entre a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável é fundamental para garantir que as atividades humanas sejam realizadas de maneira a respeitar e preservar os recursos naturais. A conservação ambiental busca proteger a biodiversidade, os ecossistemas e os recursos naturais, enquanto o desenvolvimento sustentável procura equilibrar as necessidades econômicas, sociais e ambientais.

4.5. Ao alinhar as atividades humanas às características ambientais locais, podemos:

4.5.1. Reduzir Impactos Ambientais: A adaptação das práticas às condições ecológicas ajuda a minimizar a degradação do meio ambiente, como poluição e desmatamento.

4.5.2. Promover o Uso Sustentável dos Recursos: É possível utilizar os recursos naturais de forma que atendam às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações.

4.5.3. Estimular a Economia Local: Práticas sustentáveis podem gerar empregos e promover o desenvolvimento econômico local, respeitando as limitações ambientais.

4.5.4. Fomentar a Educação Ambiental: A conscientização sobre a importância da conservação e do uso responsável dos recursos pode ser incorporada às comunidades, gerando um compromisso coletivo.

4.5.5. Preservar a Biodiversidade: Atividades que respeitam o ambiente ajudam a proteger a flora e fauna locais, fundamentais para a saúde dos ecossistemas.

4.6. A integração entre conservação ambiental e desenvolvimento é, portanto, essencial para garantir um futuro equilibrado e sustentável, onde a humanidade e o meio ambiente coexistam de forma harmônica.

#### **Impacto na comunidade:**

4.7. O impacto de uma obra na comunidade local deve ser cuidadosamente avaliado. Realizar um diagnóstico dos impactos socioambientais é fundamental para identificar possíveis consequências negativas e desenvolver estratégias para mitigá-las.

4.8. Além disso, promover um diálogo aberto com a população é essencial para entender suas necessidades e expectativas. Isso não só ajuda a construir um relacionamento de confiança, mas também garante que a obra realmente traga benefícios para a comunidade. Implementar medidas que considerem as vozes e preocupações dos moradores pode transformar um projeto em uma oportunidade de desenvolvimento sustentável e inclusão social.

#### **Garantia da contratação**

4.9. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.10. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

II - **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

III - **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - **Seguro - garantia.** A apólice de seguro - garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro - garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;

V - **Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.10.1. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.11. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

#### **Vistoria**

4.12. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias a contar da data da emissão da ordem de serviço. A CONTRATADA terá que apresentar a seguinte providência:

5.1.1.1. Indicação do responsável técnico e/ou preposto, com respectivas ARTs, além da certidão de registro no CREA;

5.1.1.2. Descrição detalhada dos métodos, etapas, tecnologias, procedimentos, entre outros, encontram-se no Termo de Referência.

5.1.1.3. Os serviços deverão ser realizados de acordo com o Cronograma Físico Financeiro apêndice ao presente Termo de Referência.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados: Escritórios da Contratada e nos locais abrangidos pelos serviços necessários. O contratante não fornecerá insumos, instalações, pessoal ou quaisquer outros recursos à Contratada, exceto informações e documentação necessárias à prestação dos serviços contratados.

5.3. Os serviços poderão ser prestados de segunda à domingo, em qualquer horário sob acordo entre Contratado e Contratante.

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas na Planilha Orçamentária (**Anexo II**), nas Especificações Técnicas e Critérios de Medição, promovendo sua substituição quando necessário.

5.4.1. Combustíveis e manutenção para os respectivos equipamentos

5.4.2. Instalações provisórias e administração;

5.4.3. Sinalização viária e de segurança, tapumes, barreiras e elementos de comunicação visual para manutenção das condições de segurança internas e externas para a execução dos serviços;

5.4.4. O contratante considera ainda como incluídos todos os equipamentos, materiais e insumos necessários e/ou desejáveis à perfeita execução dos serviços, mesmo que não estejam mencionados nas Especificações Técnicas e Critérios de Medição ou em qualquer outro documento da presente licitação.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

#### **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O CONTRATANTE poderá convocar representante do CONTRATADO para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o CONTRATANTE poderá convocar o representante do CONTRATADO para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do CONTRATADO, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Preposto

6.6. O CONTRATADO designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O CONTRATADO *deverá* manter seu preposto no local da execução do objeto durante o período de execução contratual conforme acordado com a FISCALIZAÇÃO.

6.8. O CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do CONTRATADO, hipótese em que o CONTRATADO designará outro para o exercício da atividade.

### Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

### Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo CONTRATADO (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

### Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do CONTRATADO, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.18. Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, o CONTRATADO deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Gestor do Contrato**

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará deste Termo de Referência e da Regulamentação de Preços e Critérios de Medição (**Anexo III**) para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o CONTRATADO:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados;

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### **Do recebimento**

7.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico Financeiro, o CONTRATADO apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.2.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.2.2. O CONTRATADO também apresentará, a cada medição:

I. quando o caso, declaração, sob as penas da lei, afirmando que a madeira utilizada no serviço é, exclusivamente, de origem exótica, ou, no caso de utilização de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;

II. quando o caso, as guias de transporte federais integradas ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - SINAFLOR/DOF, acompanhadas das respectivas notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e o registro de sua destinação final;



III. quando for o caso de utilização de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

IV. quando o caso, as notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

V. as faturas e notas fiscais, demais comprovantes da legalidade da madeira utilizada no serviço, quando o caso, tais como Guias Florestais, Documentos de Origem Florestal ou outros eventualmente criados para o controle de produtos e subprodutos florestais, e demais comprovantes da legalidade dos produtos e subprodutos de origem mineral utilizados no serviço, quando o caso, tais como documentos eventualmente criados para o controle desses produtos, acompanhados das respectivas cópias, que serão autenticadas pelo servidor responsável pela recepção.

7.2.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato, após cada medição, conferir junto ao CADMADEIRA a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e conferir junto ao CADMINÉRIO a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, bem como instruir o processo administrativo com os comprovantes das respectivas inscrições validadas e com as cópias de documentos indicadas na subdivisão anterior, quando o caso.

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 60 (sessenta) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do CONTRATADO com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.3.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.3.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.3.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.3.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao CONTRATADO, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.3.7. O CONTRATADO fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.3.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao CONTRATADO, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.5.4. Comunicar ao CONTRATADO para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao CONTRATADO para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo CONTRATADO, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do *caput* do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE;

7.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SicaF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SicaF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao SicaF, a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação junto ao Sicaf.

#### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao CONTRATADO serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

#### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do CONTRATADO no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do CONTRATADO no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo CONTRATADO, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O CONTRATANTE poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### **Regime de execução**

8.2. O regime de execução do contrato será por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

#### **Críticos de aceitabilidade de preços**

8.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação. No momento adequado, o licitante que estiver mais bem colocado na disputa será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborado pela Administração (integrante da documentação que compõe a presente contratação), para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **Exigências de habilitação**

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- Execução de perfuração de furo com profundidade acima de 10 metros - sondagem a trado;
- Atestados de análise laboratorial e ou coleta de amostras de solo.

#### **Habilitação jurídica**

8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#).

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da [Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), ou de sociedade simples.

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

8.24.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.24.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped., quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável;

8.24.4. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.26.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.27. Registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA em plena validade.

8.27.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.28. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de coordenador geral/ responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

a) Coordenador Geral – Responsável Técnico: Geólogo, com experiência em Coordenação de Projetos Básicos Ambientais ou Estudos para Avaliação de Áreas Contaminadas.

8.28.1. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.28.2. Por ocasião do início da execução do contrato, a comprovação do vínculo do(s) profissional(is) a que se refere a subdivisão anterior pode se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços. No caso de sócio(s), deverá o fornecedor apresentar cópia do contrato social atualizado.

8.29. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.29.1.1. Execução de perfuração de furo com profundidade acima de 10 metros - sondagem a trado - mínimo 16 unidades;

8.29.1.2. Atestado de análise laboratorial e ou coleta de amostras de solo / água - mínimo de 189 unidades.

8.29.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.29.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.29.5. Os quantitativos exigidos correspondem a 50% da estimativa da contratação.

## Outras comprovações

8.30. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;
- c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;
- d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal;
- e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

8.31. Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação:

8.31.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.31.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.31.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.31.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio;

8.32. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos Arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.32.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.32.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.6. A última auditoria contábil - financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.32.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 347.232,48** (trezentos e quarenta e sete mil, duzentos e trinta e dois reais e quarenta e oito centavo), conforme custos unitários apostos na Planilha Orçamentária (**Anexo I**). O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022, e o Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre CONTRATANTE e CONTRATADO, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I. Gestão/Unidade: DIRETOR-4-AT;

II. Fonte de Recursos: 150010001;

III. Programa de Trabalho: 18.544.2622.1021.0000;

IV. Elemento de Despesa: 449051.

10.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

**RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO**

Chefe de Assessoria



Assinou eletronicamente em 31/03/2026 às 15:48:25.

ESP-DEP. DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAE

## Estudo Técnico Preliminar 67/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 137.00014174/2024-90

### 2. Descrição da necessidade

O objetivo desta contratação visa o atendimento dos serviços referentes às investigações de monitoramento da água e gases nas áreas limítrofes ao reservatório de contenção de enchentes Guamiranga AT-09, reportado com a Informação Técnica CETESB Nº 319/2022 /ICRI (Anexo I).

Como estratégia de gerenciamento ficou estabelecida a necessidade de definição das medidas a serem adotadas nas situações enquadradas no estudo reportado como extremamente críticas e potenciais de riscos e danos à saúde humana. Dentre essas medidas, ficou definida a necessidade de continuidade dos estudos de monitoramento de gases, com início após o encerramento das escavações referentes à implantação do reservatório de controle de cheias.

Entre essas medidas, visa definir, a partir da constatação de uma contaminação de gases na área de implantação do reservatório Guamiranga, as ações que deverão ser gerenciadas e realizadas com o objetivo de eliminar a situação de Risco Toxicológico, sendo tal situação referente a um cenário de exposição atual ou futuro, de forma a permitir o uso pretendido para o local, ou mesmo a continuidade das ações que já se encontram em execução.

Assim, a aplicação de técnicas de remediação deverá ser implementada apenas quando existir a situação real de risco ou perigo à saúde humana acima dos valores aceitáveis, calculados mediante programas específicos de transporte e exposição de contaminantes, ou seja, quando efetivamente as vias de exposição avaliadas se completam, ou ainda, segundo o Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas da CETESB, quando houver a condição de produto em fase livre no local.

Alternativamente, em casos em que não se constate a situação de perigo aos atuais receptores, medidas de controle institucional poderão ser implementadas em substituição ou complementarmente à aplicação de técnicas de remediação, devendo ser considerados, principalmente, os casos em que existe a necessidade e a possibilidade de impedir ou reduzir a exposição de um determinado receptor aos contaminantes.





**Figura 01** - Localização da área em estudo - Piscinão Guamiranga e Escritório SP Águas

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Assessoria Técnica do Diretor 4	Rafael Mandia Grossi Canali Machado

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O objeto a ser adquirido nesse estudo enquadra-se no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, de que tratam a Lei nº 14.133/2021 na alínea "b" do inciso XXI do artigo 6º por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, representado a seguir:

XXI – serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

(...)

b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea "a" deste inciso;

(...)

Ainda de acordo com o Artigo 6º, inciso XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

## 5. Levantamento de Mercado

O mercado oferece grande diversidade de tecnologias e empresas fornecedoras desses tipos de serviços que atendem à demanda, por isso não existe uma escolha neste aspecto, mas simplesmente com relação às especificações básicas exigidas pela demanda e ao menor preço encontrado no mercado. Foi realizada pesquisa por atas de registro de preços e contratos válidos de outros órgãos públicos nos portais, além de utilização de bancos de preços existentes, como:

- Banco de Preços SABESP – Janeiro/2026;

Além disso, também foi realizada pesquisa de mercado para alguns itens que possuíam serviços mais específicos como análises laboratoriais e campanhas de coletas de água, tendo data base de orçamentação e pesquisa em fevereiro/2026.

## 6. Descrição da solução como um todo

A área objeto do presente estudo localiza-se na Avenida Francisco de Mesquita, s/n, no Bairro de Vila Prudente, Município de São Paulo, constituído do terreno onde foi implantado o Reservatório de Controle de Enchentes Guamiranga AT-09 e dos escritórios da equipe da Agência de Águas do Estado de São Paulo - SP ÁGUAS (antigo DAEE).

Os estudos históricos, realizados na área, antigamente ocupadas pelas favelas da Paz e Paraguai, antiga Creche da Boa Esperança, Centro de Detenção Provisória (CDP) de Vila Prudente, Estação Elevatória, *Booster* e ETE da SABESP, assim como as áreas de escritório da unidade da SP ÁGUAS, permitiram a classificação do local como uma AC – Área Contaminada, devido à presença de compostos impactantes no solo e na água subterrânea locais, além da existência de resíduo oleoso confinado em subsuperfície e oriundo de descartes pretéritos industriais realizados no local.

Visto ao exposto, os riscos apresentados foram caracterizados como potenciais, os quais necessitam ser gerenciados através da implantação de medidas de intervenção a serem estabelecidas a partir da continuidade dos estudos ambientais no local, viabilizando a continuidade do uso da área conforme a condição atual – escritórios da SP ÁGUAS, área de uso comercial referente ao Reservatório de Controle de Cheias Guamiranga AT-09 e canteiro de obras.

Nesse contexto, de acordo com o Plano de Gerenciamento Ambiental proposto para a área foi elaborado a partir da caracterização do cenário de contaminação reportado pelos estudos existentes e da avaliação dos usos pretendidos para o logradouro, com destaque para a implantação do Reservatório de Guamiranga AT-09, de interesse público, e a manutenção das atividades comerciais da SP ÁGUAS (escritórios) – as seguintes medidas de intervenção foram estabelecidas, com vistas à viabilização dos usos futuros pretendidos sem prejuízo à saúde humana:

- Remoção dos Resíduos, solos/sedimentos contaminados e dos solos não contaminados, com destinação adequada (Etapa Finalizada);
- Restrição do Uso das Águas Subterrâneas (Restrição Válida), e
- Instalação e Operação de Sistema de Extração de Vapores nas Áreas Não Escavadas (Estudos em Andamento).

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As estimativas de Quantidades foram levantadas a partir de estudos preliminares, reconhecimento da área e avaliação detalhada das localizações e quantidades de poços instalados.

A partir dessa informação, elaboramos uma prévia da planilha de quantidades e todos os itens que deveriam conter para abrangência das diversas formas de contenção que podem ser aplicadas a cada caso.

### AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

#### SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Rua Boa Vista, 170/175 - 3293-8200/8201-CEP 01014-000-São Paulo-SP

### PLANILHA DE QUANTIDADES

RECURSOS HUMANOS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.

1	Tecnólogo – Junior	Hora	264
2	Desenhista Técnico (Cadista)	Hora	288
3	Geólogo Sênior	Hora	156
4	Coordenador	Hora	120
5	Auxiliar Administrativo	Hora	360
<b>SERVIÇOS DE CAMPO</b>			
6	Mobilização, instalação e desmobilização, Por equipe, equipamento, inclusive transporte ate 60 km - Poços de Inspeção - Terceirizado	Un.	1
7	Perfuração de furo com profundidade acima dos 10 metros - Poços de Inspeção - Terceirizado (PM-23, PM-24, PMN-02A, PMN-03A, PMN-23A e PMN-24A)	Un.	6
8	Execução de escoramento com fornecimento de Material - Poços de Inspeção - Terceirizado	m²	6
9	Deslocamento de equipamento entre furos acima de 50 metros até 100 metros, Inclusive Reinstalação - Poços de Inspeção - Terceirizado	Un.	5
10	Equipe de Topografia (Serviços Planialtimétricos) Planialtimétrico e cadastral dos novos pontos de investigação (PM-23, PM-24, PMN-02A, PMN-03A, PMN-23A e PMN-24A) de outros pontos de interesse localizados nos empreendimentos vizinhos – METRÔ e SABESP	EQD	1
11	Ensaio de permeabilidade - Terceirizado Ensaio de rebaixamento e recuperação em poços existentes e recém-instalados, para o cálculo de permeabilidade (k) em cada poço ensaiado	UN.	15
12	Mobilização, instalação e desmobilização, Por equipe, equipamento, inclusive transporte ate 60 km - Sondagem a Trado - Terceirizado	UN.	1
13	Perfuração de furo com profundidade acima de 10 metros - Sondagem a Trado – Terceirizado Profundidade estimada de 11m cada (PM-23 e PM-24)	Un.	2
14	Perfuração de furo com profundidade acima de 10 metros - Sondagem a Trado – Terceirizado Profundidades estimadas de 15m, 16m, 16m e 16m (PMN-02A, PMN-03A, PMN-23A e PMN-24A)	Un.	4
15	Perfuração de furo com profundidade acima de 10 metros - Sondagem a Trado – Terceirizado Profundidade estimada de 11m cada laterais aos poços existentes (PM-06 e PM-07)	Un.	2
16	Perfuração de furo com profundidade acima de 10 metros - Sondagem a Trado – Terceirizado furo lateral ao poço existente PM-06 (5 amostras), furo lateral ao poço existente PM-07 (6 amostras), sondagens a trado associadas aos poços multi-níveis PMN-02A (3 amostras), PMN-03A (3 amostras), PMN-23A (4 amostras) e PMN-24A (4 amostras) - Shake Test	Un.	25
	Coleta de amostra e acondicionamento em recipiente com tampa hermética para caracterização tátil -visual - Sondagem a Trado - Terceirizado  Coleta de 10 (dez) amostras de solo furo lateral PM-06 (2 amostras), furo lateral PM-07 (2 amostras), sondagens a trado dos poços PMN-02A (1 amostra), PMN-03A (1 amostra), PMN-23A (2 amostras) e PMN-24A (2 amostras).		

17	Coleta de 4 (quatro) amostras de solo com profundidades estimadas de 15m, 16m, 16m e 16m (PMN-02A, PMN-03A, PMN-23A e PMN-24A) Coleta de 2 (duas) amostra de solos com profundidade estimada de 11m cada laterais aos poços existentes (PM-06 e PM-07) Coleta de 25 (vinte e cinco) com profundidades estimadas de 11 m cada, furo lateral ao poço existente PM-06 (5 amostras), furo lateral ao poço existente PM-07 (6 amostras), sondagens a trado associadas aos poços multi-níveis PMN-02A (3 amostras), PMN-03A (3 amostras), PMN-23A (4 amostras) e PMN-24A (4 amostras) - Avaliação in situ Shake test	Un.	41
18	Análise laboratorial amostras de solo para os compostos químicos de interesse: VOC, Metais Dissolvidos (Bário, Molibdênio, Arsênio, Níquel, Chumbo, Cobalto e Boro), Bifelinas Policloradas (PCB) e Pesticidas Organoclorados (POC).  Poços: PM-06 (2 amostras), furo lateral PM-07 (2 amostras), sondagens a trado dos poços PMN-02A (1 amostra), PMN-03A (1 amostra), PMN-23A (2 amostras) e PMN-24A (2 amostras)	Un.	10
19	Campanha de coleta de Ar Ambiente com período de amostragem de 8 horas, para avaliação laboratorial dos parâmetros VOC em atendimento ao método US EPA TO-15.  Pontos: nos poços subslab existentes (PS-01 ao PS-06), poço de monitoramento de gases PMG-C e nos pontos AA-01, AA-02 e AA-03	Un.	20
20	Campanha de coleta de água subterrânea pelo método de baixa vazão poços de monitoramento PM e poços multiníveis PMN existentes e recém-instalados no terreno de interesse DAT SP Águas e nos vizinhos próximos Reservatório AT-09, METRÔ e estações elevatórias SABESP de esgoto (poços existentes) e de água (poços recém-instalados)	Un.	100
21	Campanha de coleta de água subterrânea avaliação laboratorial dos compostos VOC varredura e Metais Dissolvidos (Bário, Molibdênio, Arsênio, Níquel, Chumbo, Cobalto e Boro)  Poços: PM-01 ao PM-24, PMN-01A, PMN-02A, PMN-03A, PMN-04A, PMN-05A, PMN-06A, PMN-07A, PMN-09A, PMN-12A, PMN-14A, PMN-15A, PMN-16A, PMN-17A, PMN-17B, PMN-18A, PMN-19A, PMN-23A e PMN-24A, 1 Duplicata de Campo, 1 Branco de Campo e 2 Brancos de Equipamento;	Un.	92
22	Campanha de coleta de água subterrânea avaliação laboratorial dos compostos de VOC Target Clorados (10 compostos)  Poços: PM-202, PM-204, PM-206, PM-208, PMJ-05, PMJ-07 e PMJ-103	Un.	14
23	Campanha de coleta de água subterrânea avaliação laboratorial dos compostos de PCB (Bifenilas Policloradas)  Poços: PM-01, PMN-01A, PM-02, PM-04, PM-06, PMN 06A, PM-07, PM-08, PM-15, PMN-15A, PM-22, PM-23, PM-24, PMN-02A, PMN-03A, PMN-23A e PMN-24A, 1 Duplicata, 1 Branco de Campo e 1 Branco de Equipamento	Un.	42
24	Campanha de coleta de água subterrânea avaliação laboratorial Pesticidas Organoclorados (POC)  Poços: PM-05, PMN-05A, PM-06, PMN-06A, PM 07, PMN-07A, PM-13, PM-14, PMN-14A, PM-15, PMN-15A, PM-20, PM-21, PM-22, PM-23, PM-24, PMN-23A e PMN-24A, 1 Duplicata, 1 Branco de Campo e 1 Branco de Equipamento.	Un.	44
25	Amostras Branco de Viagem para avaliação laboratorial de VOC (Águas Subterrâneas)	Un.	1

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 347.232,48

O valor estimado da contratação é de R\$ 347.232,48 (Trezentos e Quarenta e Sete Mil, Duzentos e Trinta e Dois Reais e Quarenta e Oito Centavo), com base nos preços levantados em pesquisa e nos quantitativos apresentados no Item 7 deste documento.

A metodologia utilizada para obtenção dos preços estimativos por item foi o valor unitário dos bancos de preços referenciais dos valores obtidos na pesquisa de preços, para estabelecer um preço de referência condizente com o praticado no mercado.

Para fins de obtenção dos valores, foram priorizados os parâmetros previstos nos incisos I e II do Art. 46 do Decreto nº 1.525/2022, com pesquisa de preços em sistemas oficiais do governo e em contratações similares realizados pela Administração Pública, combinados ao inciso III, com pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, e ao inciso IV, com pesquisa direta com o fornecedor.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

Conforme o inciso VIII do §1º do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, o estudo técnico preliminar deve evidenciar o problema a ser resolvido com intuito de permitir a análise da viabilidade técnica e econômica da contratação, que deve ser dividida em tantas parcelas quantas se comprovarem factíveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Compete a administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípuo da licitação. Bem por isso é que a decisão relativa à divisão ou não do objeto deve ser motivada em cada caso concreto e deve ser precedida de estudos do mercado específico ainda na fase interna da contratação.

O agrupamento de itens justifica-se na medida em que o objeto será adjudicado a uma única empresa ou consórcio, pretende-se atrair o interesse do mercado, ampliando a competitividade, e aumentando a economia de escala; a redução dos custos fixos para empresa vencedora de forma que impacte no valor a ser ofertado à Administração Pública; redução dos custos administrativos para Administração Pública, com redução na quantidade de servidores empregados na gestão e fiscalização do contrato; melhora no controle sobre a execução contratual; evitar conflito de responsabilidade sobre o serviço realizado. Outrossim, uma vez que os atestados de capacidade técnica a serem exigidos na licitação pedem que as empresas comprovem maior expertise e desempenho na execução das atividades, respeitando a busca de empresa que detenha adequado nível de especialização para execução do grupo de maior representatividade no orçamento.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Pela natureza do objeto não haverá necessidade da contratação correlata e/ou interdependente, estando contemplado no presente estudo todas as atividades que deverão ser executados pela futura Contratada.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A elaboração desta Estudo Técnico Preliminar prevê a contratação de empresa para Execução de serviços de Investigações Complementares do Programa de Monitoramento de Gases e Vapores, além da Água Subterrânea dos Escritórios e Áreas Abertas da DAT, limítrofes ao Reservatório de Controle de Enchentes Guamiranga AT-09, Município de São Paulo, em Atendimento a Informação Técnica CETESB nº 319/2022/ICRI (Anexo I) e, foi prevista dentro do Plano Anual de Contratações da SP ÁGUAS para o ano de 2026.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Pretende-se contratar os itens do objeto deste ETP nas quantidades elencadas, pelos melhores preços de mercado e com qualidade que atendam as especificações solicitadas, correspondentes às expectativas e necessidades dos serviços.

A contratação dos serviços para execução de Investigações Complementares do Programa de Monitoramento de Gases/Vapores e da Água Subterrânea dos Escritórios e Áreas Abertas e da DAT, limítrofes ao Reservatório de Controle de Enchentes Guamiranga AT-09, Município de São Paulo, oferece diversos benefícios importantes, dentre eles a expertise de uma contratada com conhecimentos técnicos especializados, com experiência para a implantação de métodos adequados de acordo com as características do local analisado e utilizando profissionais capacitados.

Além disso, outro benefício a ser alcançado com a contratação é a redução de custos com implementação de medidas adequadas e com planejamento eficaz evitando desperdícios e retrabalhos.

É importante também atentar-se com as regulamentações vigentes a fim de garantir a conformidade com as normas, bem como a preservação ambiental apropriada, conservar o solo e proteger recursos hídricos e a biodiversidade, minimizando riscos à infraestrutura e ao meio ambiente.

A contratação de serviços profissionais não apenas assegura resultados econômicos eficazes, de modo a garantir qualidade de empresas especializadas, com suporte e cumprimento das normas regulatórias.

Nesta etapa inicial, também serão executadas sondagens a trado.

### 13. Providências a serem Adotadas

Para que as entregas ocorram da melhor forma e mais organizadas possíveis, algumas providências deverão ser tomadas pela SP ÁGUAS:

- Recolhimento do caução relativo a garantia contratual, nos termos estipulados no Edital e no Contrato;
- Por ocasião da celebração do contrato, deverá ser verificada a situação e certificada a regularidade fiscal e trabalhista da futura Contratada, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada;
- Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos da Lei 14.133/21.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

Para o desenvolvimento da contratação de serviços de monitoramento de gases na área de implantação do Reservatório Guamiranga podem-se mensurar possíveis impactos ambientais devido à presença de compostos impactantes no solo e na água subterrânea locais, além da existência de resíduo oleoso confinado em subsuperfície e oriundo de descartes pretéritos industriais realizados no local.

Os estudos ambientais executados no local, remontam quando da análise da viabilidade da implantação do Reservatório de Retenção de Cheias Guamiranga AT-09.

Os estudos históricos, realizados na área, antigamente ocupadas pelas favelas da Paz e Paraguai, antiga Creche da Boa Esperança, Centro de Detenção Provisória (CDP) de Vila Prudente, Estação Elevatória, *Booster* e ETE da SABESP, assim como as áreas de escritório da unidade da SP Águas, permitiram a classificação do local como uma AC – Área Contaminada, devido à presença de compostos impactantes no solo e na água subterrânea locais, além da existência de resíduo oleoso confinado em subsuperfície e oriundo de descartes pretéritos industriais realizados no local.

Nesse contexto, de acordo com o Plano de Gerenciamento Ambiental proposto para a área foi elaborado a partir da caracterização do cenário de contaminação reportado pelos estudos existentes e da avaliação dos usos pretendidos para o logradouro, com destaque para a implantação do Reservatório de Guamiranga AT-09, de interesse público, e a manutenção das atividades comerciais dos escritórios do antigo DAEE, atual SP ÁGUAS, medidas de intervenção foram estabelecidas, com vistas à viabilização dos usos futuros pretendidos sem prejuízo à saúde humana.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP ÁGUAS) declara a viabilidade do projeto de contratação que visa o atendimento dos serviços referentes às investigações de monitoramento da água e gases nas áreas limítrofes ao reservatório de contenção de enchentes Guamiranga AT-09, reportado com a Informação Técnica CETESB N° 319 /2022/ICRI.

### 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

**RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO**

Chefe de Assessoria



*Assinou eletronicamente em 31/03/2026 às 15:48:44.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 02 Inf. Téc. CETESB nº 319.2022.ICRI.pdf (1.68 MB)



## ESP-DEP. DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAE

## Matriz de Gerenciamento de Riscos 44/2026

## 1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

44/2026

Responsável pela Edição

JESSICA RIBEIRO MIQUELINO

Data de Criação

31/03/2026 11:03

Status da Matriz de Alocação de Riscos

Concluído (Planejamento)

Objeto da Matriz de Riscos

Execução de serviços referentes a Investigação e Monitoramento de gases na área de implantação do Reservatório Guamiranga

## 2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

## 3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Deficiência na definição da demanda	Superdimensionamento ou subdimensionamento da demanda	Planejamento	Contratada	Médio	

**Impactos**

1 incapacidade para o desempenho de atividade

**Ações Preventivas**

P-01 Qualificação da equipe de planejamento; conhecimento do escopo.

**Responsável:** RAFAEL MANDIA GROSSI  
CANALI MACHADO**Ações de Contingência**

C-01 Restabelecimento da demanda

**Responsável:** GUILHERME ALEXANDRE  
MARQUES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Não aprovação do Estudo Técnico Preliminar ou do Termo de Referência.	Atraso no processo de contratação e consequentemente atraso no início da prestação do serviço.	Planejamento	Administração	Baixo	

**Impactos**

1 Não avanço da contratação

**Ações Preventivas**P-01 Instruir o Estudo Técnico e o Termo de Referência em estrita aderência às disposições dos normativos aplicados à contratação **Responsável:** RAFAEL MANDIA GROSSI  
CANALI MACHADO**Ações de Contingência**

C-01 Exposição do arcabouço legal em que a contratação de serviços de limpeza deva seguir.

**Responsável:** GUILHERME ALEXANDRE  
MARQUES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Falha ou omissão no registro dos atos e fatos do contrato.	Deficiência na prestação dos serviços. Prejuízos financeiros a Administração	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

**Impactos**

1 Desconhecimento da quantidade demandada

**Ações Preventivas**P-01 Capacitação de servidores; Conhecimento dos termos contratuais e do serviço a ser executado. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual **Responsável:** RAFAEL MANDIA GROSSI  
CANALI MACHADO**Ações de Contingência**

C-01 Sanções administrativas. Responsabilização da Gestão e fiscalização contratual.

**Responsável:** GUILHERME ALEXANDRE  
MARQUES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	Descumprimento das					

R-04	obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da Contratada.	Descumprimento das Cláusulas Contratuais	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Possibilita a extinção do contrato, quando assim for previsto.					
Ações Preventivas						
P-01	Capacitação de servidores; Previsão expressa no termo de contrato. Conhecimento dos termos contratuais. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual	Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO				
Ações de Contingência						
C-01	Conferência rotineira do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da Contratada. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual	Responsável: GUILHERME MARQUES ALEXANDRE				

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Inércia frente a descumprimento de obrigações contratuais.	Deficiência na prestação dos serviços. Prejuízos financeiros a Administração	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Não atender às expectativas do cliente, não cumprir com os padrões de qualidade estabelecidos					
Ações Preventivas						
P-01	Capacitação de servidores; Previsão expressa no termo de contrato. Conhecimento dos termos contratuais. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual	Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO				
Ações de Contingência						
C-01	Conferência rotineira do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da Contratada. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual	Responsável: GUILHERME MARQUES ALEXANDRE				
C-02	Sanções administrativas. Responsabilização da Gestão e fiscalização contratual.	Responsável: GUILHERME MARQUES ALEXANDRE				

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Custos adicionais e multa contratual	O descumprimento das cláusulas contratuais pode levar a aumentos de custos, atrasos, comprometer a qualidade do projeto, resultar em sanções legais e a até a rescisão contratual.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Comprometer o orçamento da empresa.					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar revisões regulares do contrato e desenvolver um plano de projeto detalhado que inclua todas as exigências contratuais. Implementar sistemas rigorosos de monitoramento e controle permitindo acompanhar o cumprimento das cláusulas contratuais. Manter comunicação constante e clara com todas as partes interessadas	Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO				
Ações de Contingência						
C-01	Estabelecer uma equipe ágil, consultoria jurídica, desenvolver um plano de comunicação eficaz, revisar processos internos, negociar proativamente com a contratada, planejar a recuperação do cronograma.	Responsável: GUILHERME MARQUES ALEXANDRE				

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Deficiência na Execução dos Serviços	A documentação incorreta ou incompleta pode levar à execução errada das tarefas, resultando em produtos de baixa qualidade. Atrasos no cronograma, correções e retrabalho.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Danos que pode comprometer o serviço atrasando ou interferindo na qualidade.					
Ações Preventivas						
P-01	Estabelecer procedimentos rigorosos de revisão interna para todos os estudos e documentos antes de sua submissão, Checklists de Verificação.	Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO				
Ações de Contingência						
C-01	Estabelecer um processo de revisão de emergência para identificar e corrigir rapidamente qualquer documentação incorreta ou incompleta. Formar uma equipe dedicada de especialistas para revisar e corrigir os documentos rapidamente.	Responsável: GUILHERME MARQUES ALEXANDRE				

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Deficiências do ato convocatório; critérios de julgamento, prazos e sanções, entre outros.	Encerramento da Licitação	Seleção do Fornecedor	Contratada	Baixo	
Impactos						
1	Encerramento da licitação					
Ações Preventivas						
P-01	Capacitação de servidores; incorporar as atualizações da legislação (acórdãos TCU); Estabelecer rotinas de revisão.	Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO				
Ações de Contingência						

#### **4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos**

Nenhum acompanhamento incluído.

#### **5. Responsáveis / Assinantes**

**Gestão de Contrato**

**RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO**

Chefe de Assessoria

## REGULAMENTAÇÃO DE PREÇOS E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Código	DE-RPCM-01-24	UNIDADE
DE-RPCM-01-24	TECNÓLOGO JUNIOR	HORA

**COMPREENDE:**

Serviços de profissional responsável por executar, acompanhar, e controlar o andamento dos projetos e/ou empreendimentos; elaborar, implementar, desenvolver e aperfeiçoar sistemas, processos e/ou equipamentos; realizar processos de controle tecnológico de processos e materiais.

Atendimento às demais exigências contidas na Especificação Técnica.

**MEDIÇÃO:**

Por hora efetivamente trabalhada.

**OBSERVAÇÃO:**

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: salário, ferramentas de trabalho, Equipamento de Proteção Individual (EPI), Leis Sociais e Benefícios (LSB) e o Lucro e Despesas Indiretas (LDI).

O profissional deverá comprovar formação em curso superior de tecnologia.

O profissional deverá comprovar experiência de até 5 (cinco) anos.

Código	DE-RPCM-02-24	UNIDADE
DE-RPCM-02-24	DESENHISTA TÉCNICO (CADISTA)	HORA

**COMPREENDE:**

Serviços de profissional responsável por elaborar desenhos de arquitetura e/ou engenharia, tais como: plantas, vistas, cortes, detalhamentos de estruturas, instalações e/ou peças mecânicas, elétricas e/ou hidráulicas, utilizando softwares específicos para desenho técnico; interpretar tabelas e projetos existentes, analisar croquis e aplicar normas técnicas. Deverá ainda extrair desenhos, documentações e listas, bem como incluir/excluir/alterar informação, em modelos BIM.

Atendimento às demais exigências contidas na Especificação Técnica da Sabesp.

**MEDIÇÃO:**

Por hora efetivamente trabalhada.

**OBSERVAÇÃO:**

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: salário, ferramentas de trabalho, Equipamento de Proteção Individual (EPI), Leis Sociais e Benefícios (LSB) e o Lucro e Despesas Indiretas (LDI).

1. O profissional deverá comprovar formação em curso técnico e experiência de até 5 (cinco) anos.

Código	DE-RPCM-03-24	UNIDADE
DE-RPCM-03-24	GEÓLOGO SENIOR	HORA

**COMPREENDE:**

Serviços de profissional responsável por realizar estudos e levantamentos geológicos, geofísicos e geotécnicos coletando, analisando e interpretando dados, gerenciando amostragens, caracterizando e medindo parâmetros físicos, químicos e mecânicos de materiais geológicos, estimando geometria e distribuição espacial de corpos e estruturas geológicas e elaborando mapas e relatórios técnicos e científicos.

Atendimento às demais exigências contidas na Especificação Técnica.

**MEDIÇÃO:**

Por hora efetivamente trabalhada.

**OBSERVAÇÃO:**

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: salário, ferramentas de trabalho, Equipamento de Proteção Individual (EPI), Leis Sociais e Benefícios (LSB) e o Lucro e Despesas Indiretas (LDI).

O profissional deverá comprovar formação em curso superior de Geologia.

O profissional deverá comprovar experiência acima de 10 (dez) anos.

<b>Código</b>	<b>DE-RPCM-04-24</b>	<b>UNIDADE</b>
<b>DE-RPCM - 04-24</b>	<b>COORDENADOR</b>	<b>HORA</b>

**COMPREENDE:**

Serviços de profissional responsável por executar, acompanhar, e controlar o andamento dos projetos e/ou empreendimentos; elaborar, implementar, desenvolver e aperfeiçoar sistemas, processos e/ou equipamentos; realizar processos de controle tecnológico de processos e materiais.

Atendimento às demais exigências contidas na Especificação Técnica.

**MEDIÇÃO:**

Por hora efetivamente trabalhada.

**OBSERVAÇÃO:**

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: salário, ferramentas de trabalho, Equipamento de Proteção Individual (EPI), Leis Sociais e Benefícios (LSB) e o Lucro e Despesas Indiretas (LDI).

O profissional deverá comprovar formação em curso superior de tecnologia.

O profissional deverá comprovar experiência de até 5 (cinco) anos.

<b>Código</b>	<b>DE-RPCM-05-24</b>	<b>UNIDADE</b>
<b>DE-RPCM-05-24</b>	<b>AUXILIAR ADMINISTRATIVO</b>	<b>HORA</b>

**COMPREENDE:**

Serviços de profissional responsável por executar arquivamento, digitação, entrega de correspondência interna e serviços correlatos; auxiliar nas tarefas rotineiras das atividades administrativas.

Atendimento às demais exigências contidas na Especificação Técnica.

**MEDIÇÃO:**

Por hora efetivamente trabalhada.

**OBSERVAÇÃO:**

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: salário, ferramentas de trabalho, Equipamento de Proteção Individual (EPI), Leis Sociais e Benefícios (LSB) e o Lucro e Despesas Indiretas (LDI).

O profissional deverá comprovar formação em ensino médio e experiência acima de 1 (um) ano.



Código	DE-RPCM-06-24	UNIDADE
DE-RPCM-06-24	Mobilização, instalação e desmobilização, por equipe, equipamento, inclusive transporte até 60 km - Poços de Inspeção - Terceirizado	Un

**COMPREENDE:**

Mobilização e desmobilização dos recursos necessários (equipamentos, veículo tipo VW Kombi ou similar, mão de obra e instalações provisórias) para a execução de poços de inspeção, incluindo o transporte até a distância de 60 km entre o local dos serviços e a Unidade contratante.

Conforme especificações da NBR 9.604/86 e suas atualizações.

Atendimento às demais exigências contidas na Especificação Técnica da Sabesp.

**MEDIÇÃO:**

Por unidade, de equipe mobilizada/equipamento.

**NOTAS:**

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, material, equipamentos, LDI (Lucro e Despesas Indiretas) e LSB (Leis Sociais e Benefícios).

**ATENÇÃO:**

Utilizar este preço apenas quando o serviço for terceirizado, devendo ser obrigatório a apresentação para a Sabesp da documentação comprobatória da prestação do serviço.



## REGULAMENTAÇÃO DE PREÇOS E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Código	DE-RPCM-07-24	UNIDADE
DE-RPCM-07-24	Perfuração de furo com profundidade acima dos 10 metros - Poços de Inspeção - Terceirizado	m

### COMPREENDE:

O fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a completa execução dos serviços.

Conforme especificações da NBR 9.604/86 e suas atualizações.

Atendimento às demais exigências contidas na Especificação Técnica da Sabesp.

### MEDIÇÃO:

Em metros, pela profundidade do poço de inspeção executado.

### NOTAS:

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, material, equipamentos, LDI (Lucro e Despesas Indiretas) e LSB (Leis Sociais e Benefícios).

Para o preço 74010236 acima dos cinco metros até dez metros serão pagos pelo preço 74010235.

### ATENÇÃO:

Utilizar este preço apenas quando o serviço for terceirizado, devendo ser obrigatório a apresentação para a Sabesp da documentação comprobatória da prestação do serviço.

Código	DE-RPCM-08-24	UNIDADE
DE-RPCM-08-24	Execução de escoramento com fornecimento de Material - Poços de Inspeção - Terceirizado	m <sup>2</sup>

**COMPREENDE:**

O fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a completa execução dos serviços.

Conforme especificações da NBR 9.604/86 e suas atualizações.

Atendimento às demais exigências contidas na Especificação Técnica da Sabesp.

**MEDIÇÃO:**

Por metro quadrado de escoramento executado, com aprovação da fiscalização.

**NOTAS:**

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, material, equipamentos, LDI (Lucro e Despesas Indiretas) e LSB (Leis Sociais e Benefícios).

**ATENÇÃO:**

Utilizar este preço apenas quando o serviço for terceirizado, devendo ser obrigatório a apresentação para a Sabesp da documentação comprobatória da prestação do serviço.

Código	DE-RPCM-09-24	UNIDADE
DE-RPCM-09-24	Deslocamento de equipamento entre furos acima de 50 metros até 100 metros, Inclusive Reinstalação - Poços de Inspeção - Terceirizado	un

**COMPREENDE:**

O fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a completa execução dos serviços.

Conforme especificações da NBR 9.604/86 e suas atualizações.

Atendimento às demais exigências contidas na Especificação Técnica da Sabesp.

**MEDIÇÃO:**

Por unidade de deslocamento realizado.

**NOTAS:**

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, material, equipamentos, LDI (Lucro e Despesas Indiretas) e LSB (Leis Sociais e Benefícios).

**ATENÇÃO:**

Utilizar este preço apenas quando o serviço for terceirizado, devendo ser obrigatório a apresentação para a Sabesp da documentação comprobatória da prestação do serviço

Código	DE-RPCM-10-24	UNIDADE
DE-RPCM-10-24	Equipe de Topografia (Serviços Planialtimétricos)	EQD

**COMPREENDE:**

Serviços planialtimétricos de topografia, para apoio a elaboração de estudos e projetos, implantação e execução de empreendimentos.

Atendimento às demais exigências contidas na Especificação Técnica da Sabesp.

**MEDIÇÃO:**

Por equipe x dia com prévia autorização da FISCALIZAÇÃO.

**NOTAS:**

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, material, equipamentos, LDI (Lucro e Despesas Indiretas) e LSB (Leis Sociais e Benefícios).

**NORMA TÉCNICA SABESP E SUAS ÚLTIMAS ATUALIZAÇÕES:**

Atendimento à Norma Técnica Sabesp NTS 092 (Condições Gerais para Levantamentos Topográficos e Geodésicos).

Código	DE-RPCM-11-24	UNIDADE
DE-RPCM-11-24	Ensaio de permeabilidade – carga variável- Ensaaios geotécnicos em Laboratório - Terceirizado	un

**COMPREENDE:**

Realização de ensaio/análise de amostra coletada em laboratório e emissão de certificado.

Conforme especificações da NBR 14.545/00 e suas atualizações.

Atendimento às demais exigências contidas na Especificação Técnica da Sabesp.

**MEDIÇÃO:**

Por ensaio efetuado.

**NOTAS:**

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, material, equipamentos, LDI (Lucro e Despesas Indiretas) e LSB (Leis Sociais e Benefícios).

**ATENÇÃO:**

Utilizar este preço apenas quando o serviço for terceirizado, devendo ser obrigatório a apresentação para a Sabesp da documentação comprobatória da prestação do serviço.

Código	DE-RPCM-12-24	UNIDADE
DE-RPCM-12-24	Mobilização, instalação e desmobilização, por equipe, equipamento, inclusive transporte até 60 km – Sondagem a trado - Terceirizado	Un

**COMPREENDE:**

Mobilização e desmobilização dos recursos necessários (equipamentos, veículo tipo VW Kombi ou similar, mão de obra e instalações provisórias) para a execução de sondagens a trado, incluindo o transporte até a distância de 60 km entre o local dos serviços e a Unidade contratante.

Conforme especificações da NBR 9.604/86 e suas atualizações.

Atendimento às demais exigências contidas na Especificação Técnica da Sabesp.

**MEDIÇÃO:**

Por unidade, de equipe mobilizada/equipamento.

**NOTAS:**

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, material, equipamentos, LDI (Lucro e Despesas Indiretas) e LSB (Leis Sociais e Benefícios).

**ATENÇÃO:**

Utilizar este preço apenas quando o serviço for terceirizado, devendo ser obrigatório a apresentação para a Sabesp da documentação comprobatória da prestação do serviço.

Código	DE-RPCM-13-24	UNIDADE
DE-RPCM-13-24	Perfuração de furo com profundidade acima de 10 metros - Sondagem a Trado – Terceirizado	m

**COMPREENDE:**

O fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a completa execução dos serviços, inclusive lançamento do ponto de sondagem no Sistema de Informações Geográficas Corporativo da Sabesp, conforme Especificações Técnicas e Normas Técnicas da Sabesp.

Conforme especificações da NBR 7.181/84 e suas atualizações.

Atendimento às demais exigências contidas na Especificação Técnica.

**MEDIÇÃO:**

Em metros, pela profundidade do poço de inspeção executado.

**NOTAS:**

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, material, equipamentos, LDI (Lucro e Despesas Indiretas) e LSB (Leis Sociais e Benefícios).

**ATENÇÃO:**

Utilizar este preço apenas quando o serviço for terceirizado, devendo ser obrigatório a apresentação para a Sabesp da documentação comprobatória da prestação do serviço.



Código	DE-RPCM-14-24	UNIDADE
DE-RPCM-14-24	COLETA DE AMOSTRA E ACONDICIONAMENTO EM RECIPIENTE COM TAMPA HERMÉTICA PARA CARACTERIZAÇÃO TÁCTIL-VISUAL - SONDAGEM A TRADO - TERCEIRIZADO	un

**COMPREENDE:**

O fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a completa execução dos serviços.

Conforme especificações da NBR 9.603/86 e suas atualizações.

Atendimento às demais exigências contidas na Especificação Técnica da Sabesp.

**MEDIÇÃO:**

Por unidade de amostra coletada.

**NOTAS:**

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, material, equipamentos, LDI (Lucro e Despesas Indiretas) e LSB (Leis Sociais e Benefícios).

**ATENÇÃO:**

Utilizar este preço apenas quando o serviço for terceirizado, devendo ser obrigatória apresentação para a Sabesp da documentação comprobatória da prestação do serviço.

Código	DE-RPCM-15-24	UNIDADE
DE-RPCM-15-24	Análise laboratorial amostras de solo para os compostos químicos de interesse: VOC, Metais Dissolvidos (Bário, Molibdênio, Arsênio, Níquel, Chumbo, Cobalto e Boro), Bifelinas Policloradas (PCB) e Pesticidas Organoclorados (POC).	un

**COMPREENDE:**

O fornecimento de todos os materiais, mobilização, equipamentos/barco e mão de obra necessários para a completa execução dos serviços.

Conforme especificações da NBR 9.603/86 e suas atualizações.

Atendimento às demais exigências contidas na Especificação Técnica da Sabesp.

**MEDIÇÃO:**

Por unidade de amostra coletada.

**NOTAS:**

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, material, equipamentos, LDI (Lucro e Despesas Indiretas) e LSB (Leis Sociais e Benefícios).

**ATENÇÃO:**

Utilizar este preço apenas quando o serviço for terceirizado, devendo ser obrigatório apresentação da documentação comprobatória da prestação do serviço.

## REGULAMENTAÇÃO DE PREÇOS E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Código	DE-RPCM-16-24	UNIDADE
DE-RPCM-16-24	Campanha de coleta de Ar Ambiente com período de amostragem de 8 horas, para avaliação laboratorial dos parâmetros VOC em atendimento ao método US EPA TO-15.	un

### COMPREENDE:

O fornecimento de todos os materiais, mobilização, equipamentos/barco e mão de obra necessários para a completa execução dos serviços.

Conforme especificações da NBR 9.603/86 e suas atualizações.

Atendimento às demais exigências contidas na Especificação Técnica da Sabesp.

### MEDIÇÃO:

Por unidade de amostra coletada.

### NOTAS:

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, material, equipamentos, LDI (Lucro e Despesas Indiretas) e LSB (Leis Sociais e Benefícios).

### ATENÇÃO:

Utilizar este preço apenas quando o serviço for terceirizado, devendo ser obrigatória apresentação da documentação comprobatória da prestação do serviço.

Código	DE-RPCM-17-24	UNIDADE
DE-RPCM-17-24	Campanha de coleta de água subterrânea pelo método de baixa vazão	un

**COMPREENDE:**

O fornecimento de todos os materiais, mobilização, equipamentos/barco e mão de obra necessários para a completa execução dos serviços.

Conforme especificações da NBR 9.603/86 e suas atualizações.

Atendimento às demais exigências contidas na Especificação Técnica da Sabesp.

**MEDIÇÃO:**

Por unidade de amostra coletada.

**NOTAS:**

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, material, equipamentos, LDI (Lucro e Despesas Indiretas) e LSB (Leis Sociais e Benefícios).

**ATENÇÃO:**

Utilizar este preço apenas quando o serviço for terceirizado, devendo ser obrigatória apresentação da documentação comprobatória da prestação do serviço.

Código	DE-RPCM-18-24	UNIDADE
DE-RPCM-18-24	Campanha de coleta de água subterrânea avaliação laboratorial dos compostos VOC varredura e Metais Dissolvidos (Bário, Molibdênio, Arsênio, Níquel, Chumbo, Cobalto e Boro)	un

**COMPREENDE:**

O fornecimento de todos os materiais, mobilização, equipamentos/barco e mão de obra necessários para a completa execução dos serviços.

Conforme especificações da NBR 9.603/86 e suas atualizações.

Atendimento às demais exigências contidas na Especificação Técnica da Sabesp.

**MEDIÇÃO:**

Por unidade de amostra coletada.

**NOTAS:**

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, material, equipamentos, LDI (Lucro e Despesas Indiretas) e LSB (Leis Sociais e Benefícios).

**ATENÇÃO:**

Utilizar este preço apenas quando o serviço for terceirizado, devendo ser obrigatória apresentação da documentação comprobatória da prestação do serviço.

Código	DE-RPCM-19-24	UNIDADE
DE-RPCM-19-24	Campanha de coleta de água subterrânea avaliação laboratorial dos compostos de VOC Target Clorados (10 compostos)	un

**COMPREENDE:**

O fornecimento de todos os materiais, mobilização, equipamentos/barco e mão de obra necessários para a completa execução dos serviços.

Conforme especificações da NBR 9.603/86 e suas atualizações.

Atendimento às demais exigências contidas na Especificação Técnica da Sabesp.

**MEDIÇÃO:**

Por unidade de amostra coletada.

**NOTAS:**

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, material, equipamentos, LDI (Lucro e Despesas Indiretas) e LSB (Leis Sociais e Benefícios).

**ATENÇÃO:**

Utilizar este preço apenas quando o serviço for terceirizado, devendo ser obrigatória apresentação da documentação comprobatória da prestação do serviço.

Código	DE-RPCM-20-24	UNIDADE
DE-RPCM-20-24	Campanha de coleta de água subterrânea avaliação laboratorial dos compostos de PCB (Bifenilas Policloradas)	un

**COMPREENDE:**

O fornecimento de todos os materiais, mobilização, equipamentos/barco e mão de obra necessários para a completa execução dos serviços.

Conforme especificações da NBR 9.603/86 e suas atualizações.

Atendimento às demais exigências contidas na Especificação Técnica da Sabesp.

**MEDIÇÃO:**

Por unidade de amostra coletada.

**NOTAS:**

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, material, equipamentos, LDI (Lucro e Despesas Indiretas) e LSB (Leis Sociais e Benefícios).

**ATENÇÃO:**

Utilizar este preço apenas quando o serviço for terceirizado, devendo ser obrigatória apresentação da documentação comprobatória da prestação do serviço.

Código	DE-RPCM-21-24	UNIDADE
DE-RPCM-21-24	Campanha de coleta de água subterrânea avaliação laboratorial Pesticidas Organoclorados (POC)	un

**COMPREENDE:**

O fornecimento de todos os materiais, mobilização, equipamentos/barco e mão de obra necessários para a completa execução dos serviços.

Conforme especificações da NBR 9.603/86 e suas atualizações.

Atendimento às demais exigências contidas na Especificação Técnica da Sabesp.

**MEDIÇÃO:**

Por unidade de amostra coletada.

**NOTAS:**

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, material, equipamentos, LDI (Lucro e Despesas Indiretas) e LSB (Leis Sociais e Benefícios).

**ATENÇÃO:**

Utilizar este preço apenas quando o serviço for terceirizado, devendo ser obrigatória apresentação da documentação comprobatória da prestação do serviço.



Código	DE-RPCM-22-24	UNIDADE
DE-RPCM-22-24	Amostras Branco de Viagem para avaliação laboratorial de VOC (Águas Subterrâneas)	un

**COMPREENDE:**

O fornecimento de todos os materiais, mobilização, equipamentos/barco e mão de obra necessários para a completa execução dos serviços.

Conforme especificações da NBR 9.603/86 e suas atualizações.

Atendimento às demais exigências contidas na Especificação Técnica da Sabesp.

**MEDIÇÃO:**

Por unidade de amostra coletada.

**NOTAS:**

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, material, equipamentos, LDI (Lucro e Despesas Indiretas) e LSB (Leis Sociais e Benefícios).

**ATENÇÃO:**

Utilizar este preço apenas quando o serviço for terceirizado, devendo ser obrigatória apresentação da documentação comprobatória da prestação do serviço.

**ANEXO II****MINUTA DE TERMO DE CONTRATO****AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(Processo Administrativo nº 137.00014174/2024-90)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., CELEBRADO ENTRE A  
 AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO -SP-ÁGUAS E  
 .....

**A AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SP ÁGUAS**, entidade autárquica criada pela Lei nº 1.413, de 23 de setembro de 2024, inscrita no CNPJ sob nº 46.853.800/0001-56, com sede na rua Boa Vista, nº 170, 11º andar, bloco 5, nesta Capital, doravante designado **“CONTRATANTE”**, neste ato representada pela Senhor (a) **xxxxxx**, Diretor (a) Presidente, portadora do RG nº xxxxxx, e inscrita no CPF/MF sob nº xxxxxx, residente e domiciliada nesta Capital, no uso da competência conferida pelo Decreto Estadual de 18 de dezembro de 2024, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, a seguir denominada **“CONTRATADA”**, neste ato representada pelo Senhor \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, e inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../... mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subseqüentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))**

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para execução de serviços de investigações de Monitoramento de Gases/Vapores e da Água Subterrânea dos escritórios e áreas abertas da Divisão do Alto Tietê - DAT, limítrofes ao reservatório de controle de enchentes Guamaranga, município de São Paulo, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência , da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

## 1.2. Objeto da contratação:

## PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS

## MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

Execução de serviços para investigações complementares e monitoramento de gases na área de implantação do reservatório Guamiranga - Município de São Paulo

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE	VALOR COM LDI	VALOR TOTAL
	<b>RECURSOS HUMANOS</b>				
1	Tecnólogo Junior –	Hora	264,00		
2	Desenhista Técnico (Cadista)	Hora	288,00		
3	Geólogo Sênior	Hora	156,00		
4	Coordenador	Hora	120,00		
5	Auxiliar Administrativo	Hora	360,00		
	<b>SERVIÇOS DE CAMPO</b>				
6	Mobilização, instalação e desmobilização por equipe / equipamento, inclusive transporte até 60km - Poços de inspeção - Terceirizado	un	1,00		

7	Perfuração de furo com profundidade acima dos 10 metros - Poços de Inspeção - Terceirizado (PM-23,PM24,PMN-02A,PMN-03A,PMN-23A e PMN-24A)	un	6,00		
8	Execução de escoramento com fornecimento de Material - Poços de Inspeção - Terceirizado	m²	6,00		
9	Deslocamento de equipamento entre furos acima de 50 m até 100 m, inclusive reinstalação - Poços de Inspeção - Terceirizado	un	5,00		
10	Equipe de Topografia (Serviços Planialtimétricos) Planialtimétrico e cadastral dos novos pontos de investigação (PM-23, PM-24, PMN-02A, PMN-03A, PMN-23A e PMN-24A) de outros pontos de interesse localizados nos empreendimentos vizinhos – METRÔ e SABESP	EQD	1,00		

11	Ensaio de permeabilidade - Terceirizado - Ensaio de rebaixamento e recuperação em poços existentes e recém-instalados, para o cálculo de permeabilidade (k) em cada poço ensaiado	n	15,00		
12	Mobilização, instalação e desmobilização, Por equipe, equipamento, inclusive transporte ate 60 km - Sondagem a Trado - Terceirizado	n	1,00		
13	Perfuração de furo com profundidade acima de 10 metros - Sondagem a Trado - Terceirizado Profundidade estimada de 11m cada (PM-23 e PM-24)	n	2,00		
14	Perfuração de furo com profundidade acima de 10 metros - Sondagem a Trado - Terceirizado Profundidades	un	4,00		

	estimadas de 15m, 16m, 16m e 16m (PMN-02A, PMN-03A, PMN-23A e PMN-24A)				
15	Perfuração de furo com profundidade acima de 10 metros - Sondagem a Trado - Terceirizado Profundidade estimada de 11m cada laterais aos poços existentes (PM-06 e PM-07)	un	2,00		
16	Perfuração de furo com profundidade acima de 10 metros - Sondagem a Trado - Terceirizado Furo lateral ao poço existente PM-06 (5 amostras), furo lateral ao poço existente PM-07 (6 amostras), sondagens a trado associadas aos poços multi-níveis PMN-02A (3 amostras), PMN-03A (3 amostras), PMN-23A (4 amostras) e PMN-24A (4 amostras) - <b>Shake Test</b>	un	25,00		

17	<p><b>Col</b> <b>eta de amostra e</b> <b> acondicionament</b> <b>o em recipiente</b> <b>com tampa</b> <b>hermética para</b> <b>caracterização</b> <b>táctil -visual -</b> <b>Sondagem a</b> <b>Trado -</b> <b>Terceirizado</b></p> <p>Cole ta de 10 (dez) amostras de solo furo lateral PM-06 (2 amostras), furo lateral PM-07 (2 amostras), sondagens a trado dos poços PMN- 02A (1 amostra), PMN-03A (1 amostra), PMN- 23A (2 amostras) e PMN-24A (2 amostras). Coleta de 4 (quatro) amostras de solo com profundidades estimadas de 15m, 16m, 16m e 16m (PMN-02A, PMN-03A, PMN- 23A e PMN-24A) Coleta de 2 (duas) amostra de solos com profundidade estimada de 11m cada laterais aos poços existentes (PM-06 e PM-07) Coleta de 25 (vinte e cinco) comprofundidade s estimadas de 11</p>	un	41,00		
----	--	----	-------	--	--

	m cada, furo lateral ao poço existente PM-06 (5 amostras), furo lateral ao poço existente PM-07 (6 amostras), sondagens a trado associadas aos poços multi-níveis PMN-02A (3 amostras), PMN-03A (3 amostras), PMN-23A (4 amostras) e PMN-24A (4 amostras) - Avaliação in situ Shake test				
18	Análise laboratorial amostras de solo para os compostos químicos de interesse: VOC, Metais Dissolvidos (Bário, Molibdênio, Arsênio, Níquel, Chumbo, Cobalto e Boro), Bifelinas Policloradas (PCB) e Pesticidas Organoclorados (POC)	un	10,00		
19	Campanha de coleta de Ar Ambiente com período de amostragem de 8 horas, para	un	20,00		



	avaliação laboratorial dos parâmetros VOC em atendimento ao método US EPA TO-15.				
20	Ca mpanha de coleta de água subterrânea pelo método de baixa vazão	un	100,00		
21	Ca mpanha de coleta de água subterrânea avaliação laboratorial dos compostos VOC varredura e Metais Dissolvidos (Bário, Molibdênio, Arsênio, Níquel, Chumbo, Cobalto e Boro)	un	92,00		
22	Ca mpanha de coleta de água subterrânea avaliação laboratorial dos compostos de VOC Target Clorados (10 compostos)	un	14,00		
23	Ca mpanha de coleta de água subterrânea avaliação laboratorial dos	un	42,00		

	compostos de PCB (Bifenilas Policloradas)				
24	Campanha de coleta de água subterrânea avaliação laboratorial Pesticidas Organoclorados (POC)	un	44,00		
25	Amostragem de Branco de Viagem para avaliação laboratorial de VOC (Águas Subterrâneas)	un	16,00		

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de *empreitada por preço unitário*.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da emissão da ordem de serviço, na forma.*

2.1.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

*2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:*

*2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;*

*2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

*2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.*

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não é admitida a cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, mas é permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto, abaixo discriminada:

4.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.1.3. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

4.1.3.1. Submissão, pelo Contratado, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;

4.1.3.2. Autorização prévia do Contratante, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;

4.1.3.3. Apresentação pelo Contratado dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

4.1.3.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo Contratante, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo Contratado. O Contratado poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida na subdivisão anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo Contratante;

4.1.3.5. Apresentação pelo Contratado de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o Contratado e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo;

4.1.3.6. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.

4.1.4. Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao Contratado.

4.1.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))**

5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.*

5.4. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como*

*microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.*

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))**

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))**

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, especificada na subdivisão subsequente.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no Banco de Preços da SABESP – JANEIRO/2025.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice SERVIÇOS GERAIS COM PREDOMINÂNCIA DE MÃO DE OBRA, divulgado pela FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão)

adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE** [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.6. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de

nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de *01 (um) mês* para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de *01 (um) mês*, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada [pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.16. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto concernente à última e/ou única medição, quando for o caso:

- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d) "habite-se", emitida pelo Município; e

e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

8.1.17. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

8.1.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, caso haja previsão nos instrumentos da contratação de que o serviço seja executado nas dependências do Contratante, ou em local por ele designado;

8.1.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, quando for o caso, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução;

8.1.20. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos



quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

9.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos:

a) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

b) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento;

c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

d) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.22. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.23. Apresentar seus profissionais devidamente identificados por meio de crachá;

9.1.24. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal de seus profissionais que adentrarão no órgão para a execução do objeto da contratação;

9.1.25. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.1.26. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

9.1.27. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;

9.1.28. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.1.29. Instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;

9.1.30. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

9.1.31. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme a(s) área(s) de atuação prevista(s) no Termo de Referência, em plena validade;

9.1.32. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.1.33. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com

materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.1.34. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do [Decreto estadual nº 66.819, de 2022](#), proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;

9.1.35. Comprovar a procedência legal de produtos ou subprodutos florestais que sejam utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação da documentação indicada no Termo de Referência, conforme o caso;

9.1.36. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do [Decreto estadual nº 67.409, de 2022](#), proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

9.1.37. Dar pleno cumprimento ao disposto na [Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007](#), a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;

9.1.38. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na [Resolução nº 307, de 05/07/2002](#), com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:

9.1.38.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso;

9.1.38.2. Nos termos dos [artigos 3º e 10 da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#), o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.1.38.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

9.1.38.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

9.1.38.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

9.1.38.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

9.1.38.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

9.1.38.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

9.1.39. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.1.39.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

9.1.39.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata;

9.1.40. Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, conforme tenha sido disciplinado no Termo de Referência e em conformidade com o previsto na planilha de formação de preços que integra este instrumento;

9.1.41. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes:

9.1.41.1. de qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços;

9.1.41.2. do uso indevido de patentes ou outros direitos de propriedade intelectual de terceiros;

9.1.41.3. de danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços executados;

9.1.42. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente autorizados pela fiscalização e sob custas do Contratado, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam, necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações do Termo de Referência;

9.1.43. Comprovar inscrição no Cadastro Nacional de Obras, no caso de se tratar de hipótese de inscrição obrigatória nos termos da legislação aplicável.

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro

ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.*

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, no valor de R\$\_\_\_\_\_, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal.

11.2. *A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.*

11.3. *Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:*

11.3.1. *A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;*

11.3.2. *O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);*

11.3.3. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*



11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.1. Prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

11.5.2. Multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e

11.5.3. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

11.6.1. Caso fortuito ou força maior;

11.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;

11.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.

11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.

11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).



11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

11.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento).

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens “e” a “h” do item 12.1, de 25% (vinte e cinco por cento) a 30% (por cento) do valor do Contrato.

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item “c” do item 12.1, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

(5) Para a infração descrita na alínea “b” do item 12.1, a multa será de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “d” do item 12.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do item 12.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato, ressalvada a inexecução parcial que não resulte em grave dano à Administração, à qual será aplicada a sanção de advertência.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.12. O descumprimento pelo Contratado das obrigações previstas nos incisos I e II do artigo 11 do [Decreto estadual nº 66.819, de 2022](#), ou nos incisos I e II do artigo 9º do [Decreto estadual nº 67.409, de 2022](#), poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente de sua responsabilização na esfera criminal.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do [Decreto estadual nº 55.938, de 2010](#), com a redação que lhe foi dada pelo [Decreto estadual nº 57.159, de 2011](#), na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

*I. Gestão/Unidade:*

*II. Fonte de Recursos:*

*III. Programa de Trabalho:*

*IV. Elemento de Despesa:*

*V. Plano Interno:*

*VI. Nota de Empenho:*

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite estabelecido no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Na presente contratação, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do Contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (artigo 128 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.6. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

### **ANEXO III**

#### **CÓPIA DA PORTARIA DAEE 5012, DE 03/08/2023**

Dá nova redação ao Código de Conduta e Integridade do DAEE.

A Superintendente do DAEE, com fundamento nos incisos I e XVI do artigo 11, do regulamento aprovado pelo Decreto Estadual nº 52.636 de 03.02.1971, tendo em vista o disposto no Decreto Estadual nº 62.349/2016 e Decreto Estadual nº 67.683/23 que instituiu o Plano Estadual de Integridade do Estado de São Paulo, e Portaria nº 3806 que criou a UGI – Unidade de Gestão de Integridade do DAEE, bem como demais legislações de atualização sobre o tema,

#### **DETERMINA:**

Artigo 1º Considerando a necessidade de modernização e atualização dos valores e condutas éticas que refletem a identidade organizacional desta Autarquia, foi aprovado em reunião de Diretoria Colegiada o Novo Código de Conduta e Integridade do DAEE, criado pela Portaria DAEE 2777, de 27/04/2021, atualizado na forma do anexo desta Portaria.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

aos, 03 de agosto de 2023.

**MARA RAMOS**  
**Superintendente**



### **ANEXO III.1**

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA – DAEE

CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE

**Criado pela Portaria nº 2777 de 27/04/2021**

**Revisado pela PORTARIA DAEE nº 5012, de 03/08/2023.**

#### **1- APLICAÇÃO DO CÓDIGO**

Nosso Código de Conduta e Integridade aplica-se aos membros da Administração, aos funcionários, colaboradores, fornecedores e parceiros, de forma a que todos atuem pautados pelos mesmos valores e princípios éticos.

A adoção dos valores e condutas éticas estabelecidos é fundamental para garantir que todos atuem de forma integrada e coerente na condução de atividades e relações com diferentes públicos: governo, comunidade e sociedade em geral, órgãos de controle interno e externo, mídia, entidades e órgãos integrantes do SIGRH E SINGREH.

Nosso Código de Conduta reflete a identidade organizacional do DAEE (SP-ÁGUAS) e observa o Código de Ética da Administração Pública Estadual (Decreto Estadual nº 60.428/2014 e o Decreto Estadual nº 62.349/16), leis anticorrupção e demais normas legais e dita o conjunto de normas que devem ser observadas.

A ocorrência de qualquer conduta que deixe de observar os princípios e valores deste Código, deve ser comunicada através dos canais aqui definidos onde o anonimato é preservado, sendo vedada a punição ou retaliação, podendo entretanto, ser objeto de averiguação e demais penalidades a denúncia infundada, dolosa ou fraudulenta.

#### **2 – NOSSOS VALORES**

Respeito à Sociedade, ao Meio Ambiente e aos Recursos Hídricos:

- Controlar e fiscalizar os usos de recursos hídricos de forma sustentável; promover a educação e consciência ambiental;
- Zelar pela proteção, preservação e recuperação dos recursos hídricos e do meio ambiente, para as presentes e futuras gerações.

Respeito às pessoas:

- Promover a equidade de oportunidades, o desenvolvimento profissional com respeito à diversidade;
- Estabelecer relações de confiança e estímulo à participação por meio da comunicação e da integração.

Integridade:

- Agir com justiça, legalidade, coerência, ética e honestidade em todas as práticas e decisões.

Compromisso com a excelência:

- Atuar com profissionalismo, agilidade, eficiência e eficácia, garantindo a qualidade de processos, serviços e produtos.
- Valorizar os conhecimentos técnicos compartilhados, proatividade, criatividade, inovação, simplicidade e flexibilidade na busca de soluções.

Cidadania:

- Atuar com consciência cidadã e responsabilidade na promoção do bem público, em especial nas ações e atividades da gestão integrada e participativa dos recursos hídricos.

Transparência:

- Atuar de forma transparente com todas as partes interessadas.

## NOSSOS COMPROMISSOS DE CONDUTA

### 3 – NOSSO AMBIENTE

Estamos comprometidos com um ambiente agradável e com foco na excelência e para isso necessitamos:

3.1 Exercer as atividades de forma legal, ética e transparente, considerando os interesses legítimos da sociedade e dos públicos com os quais a DAEE (SP-ÁGUAS) se relaciona, promovendo a melhoria da qualidade de vida da sociedade de forma planejada e sustentável.

3.2 Desenvolver e dar oportunidade promovendo a capacitação profissional, com critérios pautados no mérito, desempenho e competência, de forma a qualificar o trabalho e contribuir para o processo de ascensão profissional.

3.3 Atuar para promover o direito à informações que contribuam para a qualidade do trabalho ou de caráter institucional de interesse comum.

3.4 Buscar o aperfeiçoamento contínuo da qualidade das atividades e serviços ofertados e o comprometimento com os resultados.

3.5 Garantir práticas de gestão de pessoas que respeitem a diversidade e fortaleçam a motivação, a satisfação e o comprometimento.

3.6 Fortalecer e aperfeiçoar o relacionamento com as comunidades onde atua diretamente e a sociedade em geral.

3.7 Alcançar e superar os padrões de conformidade legal, criando e agregando valor a gestão.

3.8 Atender às solicitações e reclamações de seus usuários com a devida qualidade e presteza.

3.9 Cumprir incondicionalmente os Instrumentos Normativos da DAEE (SP-ÁGUAS), bem como os preceitos legais, assumindo o compromisso de comunicar e zelar pela disseminação desse conhecimento e orientação dos trabalhos.

3.10 Zelar pela Saúde e Segurança no Trabalho preservando a segurança das pessoas que trabalham para a organização, por meio do cumprimento de leis e normas internas relativas à Medicina e Segurança do Trabalho de forma a preservar um ambiente sadio e com qualidade de vida para os trabalhadores.

#### RESPEITO E PREVENÇÃO AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL

3.11 Zelar por um ambiente livre de qualquer constrangimento, assédio ou discriminação, com atuação de forma profissional, respeitosa e sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, orientação sexual, nível social, crença ou religião, filiação política ou partidária, de maneira a que todos sejam tratados com dignidade, igualdade de oportunidades, com respeito e diálogo.

3.12 Respeitar à diversidade de seus diferentes públicos, assumindo o compromisso de exercer suas atividades de forma isenta e imparcial, sem favorecimento de qualquer ordem, livre de preconceito e de qualquer tipo de fraude, corrupção e prática de atos lesivos à administração pública.

3.13 Manter relações com entidades representativas dos funcionários, sem restrição ou constrangimento para participar de entidades e associações de classe, como forma do pleno exercício de direito, além de auxiliar no desenvolvimento individual e na melhoria do clima organizacional.

#### 4 – NOSSO RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE, MEIO AMBIENTE E OS RECURSOS HÍDRICOS

4.1 Zelar pela adequada utilização dos recursos públicos, utilizando-os de forma eficiente, eficaz e lícita.

4.2 Promover e controlar a utilização racional e integrada dos recursos hídricos de forma sustentável assegurando à atual e futura geração a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade e quantidade adequados aos respectivos usos.

4.3 Atuar com justiça nas ações e decisões, promovendo o equilíbrio e a harmonia, na conciliação dos interesses e propósitos da DAEE (SP-ÁGUAS) e de seus diferentes públicos de relacionamento.

4.4 Desenvolver as atividades com base nos princípios da prevenção e da precaução ambiental, na busca da melhoria contínua, não promovendo práticas que coloquem em risco o meio ambiente e os recursos hídricos.

4.5 Promover a educação ambiental e de recursos hídricos junto aos diversos públicos de relacionamento e da sociedade em geral.

4.6 Respeitar a legislação vigente com destaque ao combate a qualquer tipo de fraude, corrupção e prática de atos lesivos à administração pública.

4.7 Estabelecer a confiança, transparência e as práticas de governança como princípio de relacionamento com os diferentes públicos em especial com os usuários de recursos hídricos e demais parceiros.

4.8 Garantir o direito de acesso à informação de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão nos termos da lei, disponibilizando seus atos administrativos e dados de seus sistemas de informação, preservados aqueles considerados confidenciais nos termos da legislação vigente.

4.9 Manter canais abertos com a imprensa, redes sociais e com os diversos segmentos da sociedade.

4.10 Manter a Confidencialidade e Propriedade de Dados e informações classificadas como tal, protegidas nos termos definidos na legislação vigente, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados-LGPD e seus regulamentos, assim como demais orientações legais (Decreto Estadual nº 64.790/2020 e suas atualizações).

4.11 Zelar pelo Uso e Proteção de Bens, Equipamentos, Serviços e Recursos Públicos de forma a não contrariar orientações internas ou prejudicar os interesses do trabalho e da DAEE (SP-ÁGUAS).

4.12 Atuar para evitar uso indevido de recursos em campanhas, sendo proibidas quaisquer doações ou utilização de recursos da DAEE (SP-ÁGUAS) (humanos, tecnológicos, financeiros, patrimoniais, veículos, equipamentos, e-mails, rede e celular corporativo) em campanha política, que vise auxiliar partidos políticos ou candidatos, dentre outras condutas vedadas pela legislação específica. Esta proibição aplica-se,

ainda, ao uso de recursos da DAEE (SP-ÁGUAS) em campanhas ou eleições de corporações e associações em geral.

4.13 Repudiar práticas que atentem contra o patrimônio público, contra os princípios da administração pública e que prejudiquem licitações e contratos, como:

- prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, tais como Ministério Público, Tribunal de Contas, entre outros;
- frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de licitação ou contrato dela decorrente;
- afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato licitatório;
- obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos contratos;
- manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados com a administração pública.

4.14 Combater o Nepotismo atuando fortemente contra a indicação, contratação ou manutenção de cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau, sob sua subordinação direta, designação, promoção ou qualquer tipo de favorecimento.

4.15 Afastar conflitos de interesses, sendo vedado aos administradores, funcionários e colaboradores no desempenho de suas funções internas e externas:

- atuar em processos de compra e venda de produtos, serviços, obras, dos quais participem empresas que tenham sócios ou representantes com parentesco natural ou civil, até o terceiro grau;
- exercer atividade, que em razão da sua natureza, seja incompatível com as atribuições do cargo que ocupa, ou que conflite com os negócios e interesses da DAEE (SP-ÁGUAS), ou que gere incompatibilidade de horário e prejuízo ao desempenho profissional.

4.16 Não aceitar benefícios, presentes e gratificações sendo vedado receber ou solicitar favores, remuneração, transporte, hospedagem, bens móveis ou imóveis, serviços ou qualquer vantagem econômica ou patrimonial.

## 5 – NOSSO RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES, PARCEIROS, E USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS

No relacionamento com Fornecedores, Parceiros e Usuários de Recursos Hídricos prezamos por compromissos destacados neste código e de forma conjunta devemos:

5.1 Buscar o diálogo, a cooperação, relacionamento transparente e o mútuo respeito, almejando ações e benefícios à sociedade em geral e observar as normas e princípios da gestão integrada e participativa dos recursos hídricos.

5.2 Buscar a transparência e a ética, observando a legislação vigente, em especial os valores definidos neste Código e na Lei de Licitações, com destaque para seus princípios, a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

5.3 Buscar o cumprimento efetivo em nossos contratos, com aplicação das legislações anticorrupção, ambiental e de recursos hídricos.

## 6 – SANÇÕES

Mediante apuração de irregularidade ou transgressão a este Código de Conduta e Integridade, caberá aplicação das medidas disciplinares aos administradores, funcionários e colaboradores.

No caso de envolvimento de fornecedores ou parceiros, serão aplicadas as sanções contratuais e administrativas, sem prejuízo das demais medidas jurídicas cabíveis.

## 7 – COMISSÃO DE ÉTICA

A Comissão de Ética, cuja composição é definida por Portaria da Superintendência do DAEE (SP-ÁGUAS), tem como atribuições a elaboração, revisão e divulgação deste Código, zelando pela sua pertinência, atualização, disseminação e aplicação, através de um plano de trabalho proposto anualmente.

A Comissão analisa a natureza e a frequência das transgressões ao Código, recomenda ações preventivas e corretivas, acompanha os processos de infração e estimula o comprometimento dos colaboradores com uma conduta ética e imparcial.

Deve promover a capacitação sobre o assunto, reforçando as Condutas Éticas buscadas, proporcionando entendimento e prática dos Valores deste Código.

## 8 – CANAL DE DENÚNCIA

Denúncias sobre ocorrências de fraude, corrupção, atos ilícitos, transgressões ao Código de Conduta, ou sobre outras questões que possam acarretar prejuízos aos princípios e ofensa aos valores interesses da DAEE (SP-ÁGUAS), devem ser realizadas por qualquer pessoa através dos canais disponíveis:

Por e-mail ao [canaldedenuncia@daee.sp.gov.br](mailto:canaldedenuncia@daee.sp.gov.br)

Destinado para fatos que estejam em desacordo com o Código de Conduta e Integridade.

Por telefone (11) 3293-8463

Pessoalmente ou por carta dirigida à Ouvidoria

Rua Boa Vista, 170 – 10 andar – bloco 5, CEP 01014-000.

Por link <https://fala.sp.gov.br/>

Destinado a reclamações, sugestões, elogios e denúncias de serviços prestados pela SP-ÁGUAS

Telefone (011)3293-8463.

A Ouvidoria é responsável pelo processamento de denúncias, devendo zelar pelo anonimato do denunciante e proteger a confidencialidade das informações e dos envolvidos, visando preservar direitos e neutralidade das decisões. Compete à Comissão Processante Permanente realizar os procedimentos para apuração de infração ao Código de Conduta, bem como dos eventos registrados no Canal de Denúncias.

A apuração do conteúdo das denúncias é realizada através de Processo de Averiguação, por comissão nomeada, devendo ser fornecidos os elementos mínimos necessários que permitam apuração da veracidade dos fatos.

É garantida a proteção ao denunciante, sendo vedada a punição ou retaliação, de qualquer forma, do denunciante ou colaborador que tenha fornecido informações de boa-fé, mas a denúncia infundada ou de má-fé pode acarretar apuração e sanções cabíveis.

Este Código de Conduta ficará disponível para consulta e “download”, no site da SP-ÁGUAS, na internet e intranet, sendo divulgado aos administradores, funcionários, colaboradores, fornecedores e parceiros.

Este Código foi editado em julho de 2023, em sua 1ª revisão.



## AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP ÁGUAS



## ASSESSORIA TÉCNICA DO DIRETOR 4

Contratação de Empresa para Execução de Investigações Complementares do Programa de Monitoramento de Gases/Vapores e da Água Subterrânea dos Escritórios e Áreas Abertas da BAT, limitrofes ao Reservatório de Controle de Enchentes Guamiranga AT-09, Município de São Paulo

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA						ÓRGÃO	BDI	DATA BASE
						SABESP	28,00%	jan/26
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PESQUISA DE PREÇO	REGULAMENTAÇÃO DE PREÇOS	CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
RECURSOS HUMANOS								
1	Tecnólogo – Júnior	hora	264,00	SABESP	DE-RPCM-01-24	74000008	R\$ 121,14	R\$ 31.980,96
2	Desenhista Técnico (Cadista)	hora	288,00	SABESP	DE-RPCM-02-24	74000018	R\$ 78,99	R\$ 22.749,12
3	Geólogo Sênior	hora	156,00	SABESP	DE-RPCM-03-24	74000023	R\$ 337,93	R\$ 52.717,08
4	Coordenador	hora	120,00	SABESP	DE-RPCM-04-24	74000002	R\$ 521,24	R\$ 62.548,80
5	Auxiliar Administrativo	hora	360,00	SABESP	DE-RPCM-05-24	74000078	R\$ 48,40	R\$ 17.424,00
							Subtotal	R\$ 187.419,96
SERVIÇOS DE CAMPO								
6	Mobilização, instalação e desmobilização por equipe / equipamento, inclusive transporte até 60km - Poços de Inspeção - Terceirizado	un	1,00	SABESP	DE-RPCM-06-24	74010232	R\$ 2.539,03	R\$ 2.539,03
7	Perfuração de furo com profundidade acima dos 10 metros - Poços de Inspeção - Terceirizado (PM-23,PM-24,PMN-02A,PMN-03A,PMN-23A e PMN-24A)	un	6,00	SABESP	DE-RPCM-07-24	74010236	R\$ 1.311,98	R\$ 7.871,88
8	Execução de escoramento com fornecimento de Material - Poços de Inspeção - Terceirizado	m²	6,00	SABESP	DE-RPCM-08-24	74010237	R\$ 523,60	R\$ 3.141,60
9	Deslocamento de equipamento entre furos acima de 50 m até 100 m, inclusive reinstalação - Poços de Inspeção - Terceirizado	un	5,00	SABESP	DE-RPCM-09-24	74010240	R\$ 269,69	R\$ 1.348,45
10	Equipe de Topografia (Serviços Planialtimétricos)Planialtimétrico e cadastral dos novos pontos de investigação (PM-23, PM-24, PMN-02A, PMN-03A, PMN-23A e PMN-24A) de outros pontos de interesse localizados nos empreendimentos vizinhos – METRO e SABESP	EQD	1,00	SABESP	DE-RPCM-10-24	74000160	R\$ 2.953,88	R\$ 2.953,88
11	Ensaio de permeabilidade - Terceirizado -Ensaio de rebaixamento e recuperação em poços existentes e recém-instalados, para o cálculo de permeabilidade (k) em cada poço ensaiado	un	15,00	SABESP	DE-RPCM-11-24	74010316	R\$ 630,70	R\$ 9.460,50
12	Mobilização, instalação e desmobilização. Por equipe, equipamento, inclusive transporte ate 60 km - Sondagem a Trado - Terceirizado	un	1,00	SABESP	DE-RPCM-12-24	74010241	R\$ 3.230,59	R\$ 3.230,59
13	Perfuração de furo com profundidade acima de 10 metros - Sondagem a Trado - Terceirizado Profundidade estimada de 11m cada (PM-23 e PM-24)	un	2,00	SABESP	DE-RPCM-13-24	74010245	R\$ 261,56	R\$ 523,12
14	Perfuração de furo com profundidade acima de 10 metros - Sondagem a Trado - Terceirizado Profundidades estimadas de 15m, 16m, 16m e 16m (PMN-02A, PMN-03A, PMN-23A e PMN-24A)	un	4,00	SABESP	DE-RPCM-13-24	74010245	R\$ 261,56	R\$ 1.046,24
15	Perfuração de furo com profundidade acima de 10 metros - Sondagem a Trado - Terceirizado Profundidade estimada de 11m cada laterais aos poços existentes (PM-06 e PM-07)	un	2,00	SABESP	DE-RPCM-13-24	74010245	R\$ 261,56	R\$ 523,12
16	Perfuração de furo com profundidade acima de 10 metros - Sondagem a Trado - Terceirizado Furo lateral ao poço existente PM-06 (5 amostras), furo lateral ao poço existente PM-07 (6 amostras), sondagens a trado associadas aos poços multi-níveis PMN-02A (3 amostras), PMN-03A (3 amostras), PMN-23A (4 amostras) e PMN-24A (4 amostras) - Shake Test	un	25,00	SABESP	DE-RPCM-13-24	74010245	R\$ 261,56	R\$ 6.539,00
17	Coleta de amostra e acondicionamento em recipiente com tampa hermética para caracterização tátil -visual - Sondagem a Trado - Terceirizado Coleta de 10 (dez) amostras de solo furo lateral PM-06 (2 amostras), furo lateral PM-07 (2 amostras), sondagens a trado dos poços PMN-02A (1 amostra), PMN-03A (1 amostra), PMN-23A (2 amostras) e PMN-24A (2 amostras). Coleta de 4 (quatro) amostras de solo com profundidades estimadas de 15m, 16m, 16m e 16m (PMN-02A, PMN-03A, PMN-23A e PMN-24A) Coleta de 2 (duas) amostra de solos com profundidade estimada de 11m cada laterais aos poços existentes (PM-06 e PM-07) Coleta de 25 (vinte e cinco) comprofundidades estimadas de 11 m cada, furo lateral ao poço existente PM-06 (5 amostras), furo lateral ao poço existente PM-07 (6 amostras), sondagens a trado associadas aos poços multi-níveis PMN-02A (3 amostras), PMN-03A (3 amostras), PMN-23A (4 amostras) e PMN-24A (4 amostras) - Avaliação in situ Shake test	un	41,00	SABESP	DE-RPCM-14-24	74010246	R\$ 26,12	R\$ 1.070,92
18	Prestação de serviços de amostragem ambiental e análises laboratoriais para avaliação da qualidade de solo, água subterrânea, vapor do solo e ar ambiente, incluindo determinação de Compostos Orgânicos Voláteis (VOC), metais dissolvidos e totais, bifenilas policloradas (PCB) e pesticidas organoclorados (POC), conforme métodos analíticos reconhecidos (ex.: USEPA TO-15), contemplando também procedimentos de controle de qualidade (QA/QC) e execução de campanhas de coleta em campo	un	1,00	Cotação	DE-RPCM-15-24	SP ÁGUAS	R\$ 119.564,19	R\$ 119.564,19
							Subtotal	R\$ 159.812,52
							TOTAL	R\$ 347.232,48



**ANEXO IV****MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA**

Conforme modelo constante na cláusula primeira da minuta do contrato constante no anexo II desse edital.

**ANEXO IV.1****MODELO DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO BDI**

<b>TAXA REPRESENTATIVA DO LUCRO</b>	
1. Lucro estimado (L)	%
<b>PARCELAS RELATIVAS A DESPESAS DE RATEIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>	
1. Administração Central (AC)	%
<b>PARCELAS RELATIVAS ÀS DESPESAS FINANCEIRAS</b>	
1. Despesas Financeiras (DF)	%
<b>PARCELAS RELATIVAS A SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS DE OBRA</b>	
1. Seguros (S)	%
2. Garantias (G)	%
3. Riscos (R)	%
Subtotal Seguros + Riscos + Garantias	%
<b>PARCELAS RELATIVAS À INCIDÊNCIA DE TRIBUTOS</b>	
1. Imposto Sobre Serviços – ISS	%
2. Impostos que incidem sobre o faturamento – PIS	%
3. Impostos que incidem sobre o faturamento – COFINS	%

4. Contribuição previdenciária (se devido)	%
Subtotal Tributos (T)	%

Considerando os percentuais acima e aplicando-se a fórmula abaixo, tem-se

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

Onde:

AC: taxa de administração central;

S: taxa de seguros;

R: taxa de riscos;

G: taxa de garantias;

DF: taxa de despesas financeiras.

L: taxa de lucro/remuneração;

T: taxa de incidência de tributos;

<b>BDI adotado na proposta</b> <b>(Acórdão TCU-Plenário nº 2622/2013)</b>	%
--	---

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO IV.2****MODELO DEMONSTRATIVO DOS ENCARGOS SOCIAIS**

		HORISTA	MENSALISTA
A.1	Previdência Social (INSS) (SE DEVIDO)	% _____	_____ %
A.2	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	% _____	_____ %
A.3	Salário-Educação	% _____	_____ %
A.4	Serviço Social da Indústria (Sesi)	% _____	_____ %
A.5	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)	% _____	_____ %
A.6	Serviço de Apoio a Pequena e Médio Empresa (Sebrae)	% _____	_____ %
A.7	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	% _____	_____ %
A.8	Seguro contra os acidentes de trabalho (INSS)	% _____	_____ %
A.9	Seconci - Serviço Social da Indústria da Construção e do Mobiliário (aplicável a todas as empresas constantes do III grupo da CLT - art. 577)	% _____	_____ %
A	Total dos Encargos Sociais Básicos	% _____	_____ %
B.1	Repouso semanal e feriados	% _____	_____ %

B.2	Auxílio-enfermidade	%	_____	_____ %
B.3	Licença-paternidade	%	_____	_____ %
B.4	13ª Salário	%	_____	_____ %
B.5	Dias de chuva/ faltas justificadas/ acidentes de trabalho/ greves/ falta ou atraso na entrega de materiais ou serviços na obra/ outras	%	_____	_____ %
B	Total dos Encargos Sociais que recebem as incidências de A	%	_____	_____ %
C.1	Depósito por despedida injusta (_____) % sobre [A2 + (A2 x B)] *PREENCHER O PERCENTUAL DE ACORDO COM AS NORMAS LEGAIS VIGENTES*	%	_____	_____ %
C.2	Férias (indenizadas)	%	_____	_____ %
C.3	Aviso prévio (indenizado)	%	_____	_____ %
C	Total dos Encargos Sociais que não recebem as incidências globais de A	%	_____	_____ %
D.1	Reincidência de A sobre B	%	_____	_____ %
D.2	Reincidência de A.2 sobre C.3	%	_____	_____ %

D	Total das Taxas das reincidências	%	_____	_____ %
Porcentagem total		%	_____	_____ %
Local, e data. <b>REPRESENTANTE LEGAL (COM CARIMBO DE IDENTIFICAÇÃO)</b>				

**ANEXO V**

**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

**ANEXO V.1**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90004/2024, Processo SEI nº 137.00014174/2024-90, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da [Constituição Estadual](#);

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do [Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022](#), cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do [Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022](#), cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do [Decreto estadual nº 66.819, de 2022](#), ou do [Decreto estadual nº 67.409, de 2022](#), poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções

administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e

e) se compromete a cumprir o disposto na [Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007](#), a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

(Local e data).

---

(Nome/assinatura do representante legal)